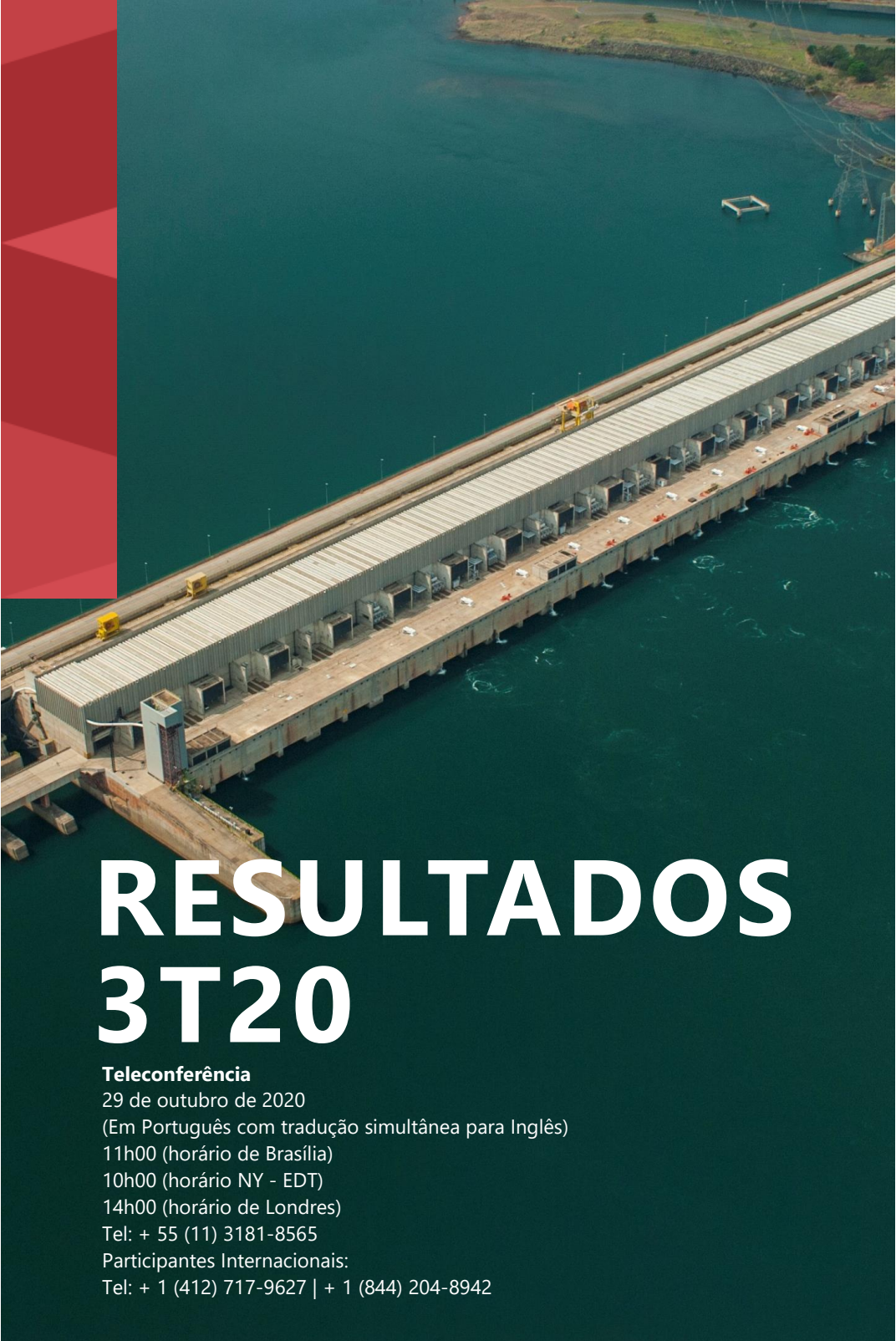


An aerial photograph of a large concrete dam with multiple spillways, situated in a deep blue reservoir. The dam structure is long and stretches across the frame. In the background, there are some green hills and a small island in the water.

# RESULTADOS 3T20

## Teleconferência

29 de outubro de 2020

(Em Português com tradução simultânea para Inglês)

11h00 (horário de Brasília)

10h00 (horário NY - EDT)

14h00 (horário de Londres)

Tel: + 55 (11) 3181-8565

Participantes Internacionais:

Tel: + 1 (412) 717-9627 | + 1 (844) 204-8942

## RESULTADOS 3T20

| Destaques Financeiros Consolidados<br>R\$ mil             | 3T20      | 3T19      | Var. (%) | 9M20      | 9M19        | Var. (%) |
|-----------------------------------------------------------|-----------|-----------|----------|-----------|-------------|----------|
| <b>Receita operacional bruta</b>                          | 536.256   | 476.148   | 13%      | 1.622.023 | 1.333.413   | 22%      |
| <b>Receita operacional líquida</b>                        | 470.527   | 414.466   | 14%      | 1.416.599 | 1.138.461   | 24%      |
| <b>Resultado operacional bruto</b>                        | 157.560   | 156.144   | 1%       | 596.241   | 318.510     | 87%      |
| <b>Custos e despesas</b>                                  | (337.023) | (287.350) | 17%      | (776.374) | (1.014.331) | -23%     |
| <b>EBITDA</b>                                             | 228.880   | 223.405   | 2%       | 935.872   | 391.550     | 139%     |
| <b>EBITDA ajustado<sup>1</sup></b>                        | 235.952   | 234.619   | 1%       | 859.399   | 494.808     | 74%      |
| <b>Margem EBITDA ajustado<sup>1</sup></b>                 | 50%       | 57%       | -6 p.p.  | 61%       | 43%         | 17 p.p.  |
| <b>Resultado líquido</b>                                  | (58.525)  | (7.856)   | n.m.     | 133.086   | (170.101)   | n.m.     |
| <b>Dívida líquida</b>                                     | 1.220.615 | 1.329.800 | -8%      | 1.220.615 | 1.329.800   | -8%      |
| <b>Dívida líquida/EBITDA UDM</b>                          | 0,9x      | 2,3x      | -0,6x    | 0,9x      | 2,3x        | -0,6x    |
| <b>Dívida líquida/EBITDA ajustado<sup>1</sup><br/>UDM</b> | 1,0x      | 2,3x      | -0,5x    | 1,0x      | 2,3x        | -0,5x    |

## DESTAQUES

- Crescimento de 14% na receita líquida do 3T20 em relação ao 3T19, atingindo R\$471 milhões, principalmente pela sazonalização de energia vendida e início das operações de trading pela CESP Comercializadora
- Despesa não recorrente de R\$6 milhões referente a acordos de desligamento e gastos médicos do programa de Demissão Voluntária ("PDV") da CESP de 2019.
- EBITDA ajustado de R\$236 milhões e margem de 50% no 3T20, em linha com o EBITDA ajustado do 3T19.
- Geração de R\$150 milhões de fluxo de caixa operacional após serviço da dívida, com o índice de conversão de caixa<sup>2</sup> de 64% no 3T20.
- 12ª Emissão de Debêntures de infraestrutura no montante de R\$1,5 bilhão a uma taxa de IPCA+4,30% a.a. e prazo de 10 anos. Os recursos dessa emissão foram utilizados para quitar antecipadamente parte das debêntures de 2018, emitidas logo após a privatização para financiar o pagamento da outorga da concessão da UHE Porto Primavera.
- Pagamento de R\$196 milhões em dividendos (R\$0,60 por ação) em outubro, referente a segunda parcela da proposta de distribuição, aprovada em março de 2020.
- A ANEEL, no âmbito da Consulta Pública para regulamentação da Lei nº 14.052/2020, sancionada em 09 de setembro de 2020, que estabeleceu novas condições para repactuação do risco hidrológico, publicou os cálculos preliminares dos prazos de extensão de outorga para as usinas hidrelétricas participantes do MRE. Para a UHE Porto Primavera, foi calculado o prazo de 7 anos de extensão de outorga, limite permitido pela lei, e para a usina Paraibuna, a extensão seria de 269 dias.

(1) EBITDA ajustado exclui provisão para litígios, baixa de depósitos judiciais e PDV | (2) Considera conversão de caixa = (FCO após o Serviço da Dívida/EBITDA Ajustado). Inclui pagamento de R\$14 milhões PIS/COFINS postergado de acordo com as portarias do Ministério da Economia. Desconsiderando este efeito a conversão de caixa seria de 70%.

**ÍNDICE**

|                                                |           |
|------------------------------------------------|-----------|
| <b>Mensagem da Administração</b>               | <b>4</b>  |
| <b>Efeitos da Pandemia do Novo Coronavírus</b> | <b>6</b>  |
| <b>Perfil da Companhia</b>                     | <b>7</b>  |
| <b>Parque Gerador</b>                          | <b>7</b>  |
| <b>Produção de Energia Elétrica</b>            | <b>9</b>  |
| <b>Disponibilidade</b>                         | <b>10</b> |
| <b>Mercado de Energia</b>                      | <b>10</b> |
| <b>Estratégia de Comercialização</b>           | <b>11</b> |
| <b>CESP Comercializadora</b>                   | <b>13</b> |
| <b>Clientes</b>                                | <b>13</b> |
| <b>Receita Operacional</b>                     | <b>15</b> |
| <b>Custos e Despesas Operacionais</b>          | <b>16</b> |
| <b>EBITDA</b>                                  | <b>18</b> |
| <b>Resultado Financeiro</b>                    | <b>19</b> |
| <b>IR e CSLL</b>                               | <b>19</b> |
| <b>Resultado Líquido</b>                       | <b>20</b> |
| <b>Endividamento</b>                           | <b>20</b> |
| <b>Fluxo de Caixa Livre</b>                    | <b>22</b> |
| <b>CAPEX</b>                                   | <b>22</b> |
| <b>Entidade de Previdência aos Empregados</b>  | <b>23</b> |
| <b>Contingências</b>                           | <b>25</b> |
| <b>Atualizações GSF</b>                        | <b>27</b> |
| <b>Agenda Corporativa de Sustentabilidade</b>  | <b>28</b> |
| <b>Mercado de Capitais</b>                     | <b>28</b> |
| <b>Anexos</b>                                  | <b>30</b> |

---

 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

No terceiro trimestre de 2020, avançamos em nossa agenda de transformação da CESP focada em gestão da operação, processos, balanço energético, contencioso e sustentabilidade. Como destaque, avançamos na elaboração de uma agenda de sustentabilidade corporativa, de forma integrá-la à estratégia de negócio e à geração de valor compartilhado.

Os principais objetivos desse projeto são: (i) integrar determinados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU à estratégia da CESP, tornando-a ainda mais competitiva e preparada para o futuro e (ii) identificar temas estratégicos para a CESP, desdobrando em planos, posicionamentos e diretrizes de sustentabilidade, utilizados como referência para a definição de indicadores e metas ESG (*Environment, Social and Governance*).

Em relação a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), que afeta o Brasil e o mundo, a Companhia segue adotando medidas preventivas adequadas à preservação da saúde e à segurança de todos os funcionários, bem como garantindo a continuidade da prestação do serviço de geração de energia com excelência. A resiliência do nosso portfólio de clientes, a agilidade de reação ao novo ambiente e a robustez de nossa estrutura de capital foi essencial para mitigarmos os impactos trazidos pelo COVID-19.

Em termos operacionais, o índice de disponibilidade médio das usinas, que é o indicador de desempenho mais importante para usinas hidrelétricas atingiu no 3T20 a média de 95%, acima dos níveis de referência estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com tendência de aumento, demonstrando de forma contínua a boa gestão da operação e manutenção dos ativos mesmo em um contexto de pandemia.

No 3T20, a despeito da pandemia, verificou-se um crescimento do consumo de energia em 1,6% em relação ao 3T19 em decorrência da recuperação da atividade econômica, ainda que parcial, associada às altas temperaturas em relação à média histórica para o período. Com isso, o Operador Nacional do Sistema (ONS), elevou as projeções de carga para o 4T20, considerando o crescimento de até 2,9% da perspectiva de consumo em relação ao mesmo período de 2019. A estratégia desenhada na gestão do balanço energético, aliada à sazonalização da garantia física de forma planejada, possibilitaram a equalização do balanço energético de 2020 da CESP.

Adicionalmente, a Companhia continua apresentando resultados consistentes na redução dos demais custos e despesas operacionais gerenciáveis, oriundos dos ajustes e transformações implementados. A redução de gastos com Pessoal e Administração, Materiais e Serviços de Terceiros em respectivamente 22%, 85% e 31% comparando-se o 3T20 contra o mesmo período do ano anterior são exemplos dessa transformação.

Em relação ao contencioso passivo, continuamos com a estratégia e gestão das ações judiciais com assessores jurídicos e financeiros para complementar a atuação de nossa equipe própria. Neste trimestre, além dos avanços nas negociações dos casos estratégicos, nos dedicamos também na redução dos demais processos e obtivemos decisões judiciais favoráveis à CESP em ações de natureza cível/desapropriação, tributária, ambiental e trabalhista, resultando em uma redução de 216 casos. Esses resultados estão alinhados a uma abordagem assertiva e criteriosa na redução desse risco.

Nossos resultados financeiros refletem a diligência na execução de nossas estratégias, alcançando um EBITDA Ajustado consolidado<sup>1</sup> de R\$236 milhões no 3T20 com margem EBITDA Ajustada de 50%.

Em relação a estratégia de gestão do endividamento, durante o terceiro trimestre, a CESP emitiu R\$1,5 bilhão em debêntures de infraestrutura à uma taxa de IPCA + 4,30% e prazo de 10 anos. Os recursos dessa emissão foram utilizados para quitar antecipadamente parte das debêntures de 2018, emitidas logo após a privatização para financiar o pagamento da outorga da concessão da UHE Porto Primavera. Com essa operação a dívida da CESP teve um aumento de 5 anos no prazo médio, mantendo, porém, o custo médio, além de melhorar as condições contratuais de forma mais adequá-las ao novo perfil de crédito da CESP.

A forte capacidade de geração de caixa da CESP nos coloca em uma posição de destaque nesse contexto. Geramos no 3T20 R\$150 milhões de fluxo de caixa operacional após serviço da dívida, o que representa um índice de conversão de caixa<sup>2</sup> de 64%. No que se refere ao fluxo de caixa livre, a geração de caixa no terceiro trimestre foi de R\$88 milhões.

Pelo segundo ano consecutivo, conquistamos o selo *Great Place to Work* – GPTW, motivo de orgulho, satisfação e motivação para todos nós, no segundo ano da nova gestão da CESP. A construção de um ambiente de trabalho saudável e produtivo é parte de um plano de gestão de pessoas com alto desempenho, resultados e geração de valor.

Por fim, ressaltamos que a CESP monitora continuamente os acontecimentos relacionados ao COVID-19 e reiteramos nossos compromissos com nossos acionistas, colaboradores, clientes, parceiros e comunidade. Acreditamos estar preparados para atravessar este período delicado, e continuamos focados na nossa agenda de *derisking*, na continuidade da gestão criteriosa do contencioso e na busca de criação de valor para todos os stakeholders.

**Mario Bertoncini**

Diretor Presidente e de Relações  
com Investidores

**Marcelo de Jesus**

Diretor Financeiro

(1) EBITDA ajustado exclui provisão para litígios, baixa de depósitos judiciais e PDV | (2) Considera conversão de caixa = (FCO após o Serviço da Dívida/EBITDA Ajustado). Inclui pagamento de R\$14 milhões PIS/COFINS postergado de acordo com as portarias do Ministério da Economia. Desconsiderando este efeito a conversão de caixa seria de 70%



## EFEITOS DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia mundial decorrente do novo Coronavírus (COVID-19). Diante do ocorrido, a Companhia informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos nossos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios.

Sendo a geração de energia uma atividade essencial, a CESP adotou protocolos de contingência de forma a manter integralmente as operações de suas 3 usinas hidrelétricas, preservando a saúde de seus profissionais, seus acessos seguros aos locais de trabalho, um ambiente que preserve o distanciamento entre indivíduos, higiene e acesso aos instrumentos de proteção. Complementarmente, neste momento, aproximadamente, 82% de nossos colaboradores estão trabalhando em regime de *home office*.

Um risco potencialmente relevante para a CESP na emergência do COVID-19 está relacionado à adimplência de seus clientes e demais contrapartes em contratos de compra e venda de energia. Neste cenário, a CESP mantém um contato regular com seus principais parceiros comerciais. A posição de contas a receber da Companhia em 30 de setembro de 2020 bem como as provisões de créditos improváveis de recuperação ou de liquidação duvidosa refletem de maneira tempestiva nossa melhor análise neste momento sobre a qualidade e solvência dos direitos em questão. A despeito dos impactos econômicos decorrentes da pandemia, não houve inadimplência por parte de qualquer cliente, assim como as poucas renegociações contratuais realizadas, estruturadas de forma a preservar o valor presente dos contratos originais, não devem apresentar impactos materiais nos resultados da Companhia.

A Companhia avaliou também, seus principais contratos de fornecimento e suprimento de fornecedores, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia, as obrigações contratuais seguem sendo cumpridas e não há evidências ou formalização de insolvência ou qualquer descontinuidade.

A gestão do balanço energético da Companhia para este exercício foi ajustada e a empresa encontra-se bem posicionada frente a potenciais variações adversas do GSF (*generation scaling fator*, ou fator de ajuste do MRE) e variações relevantes dos preços de mercado de energia.

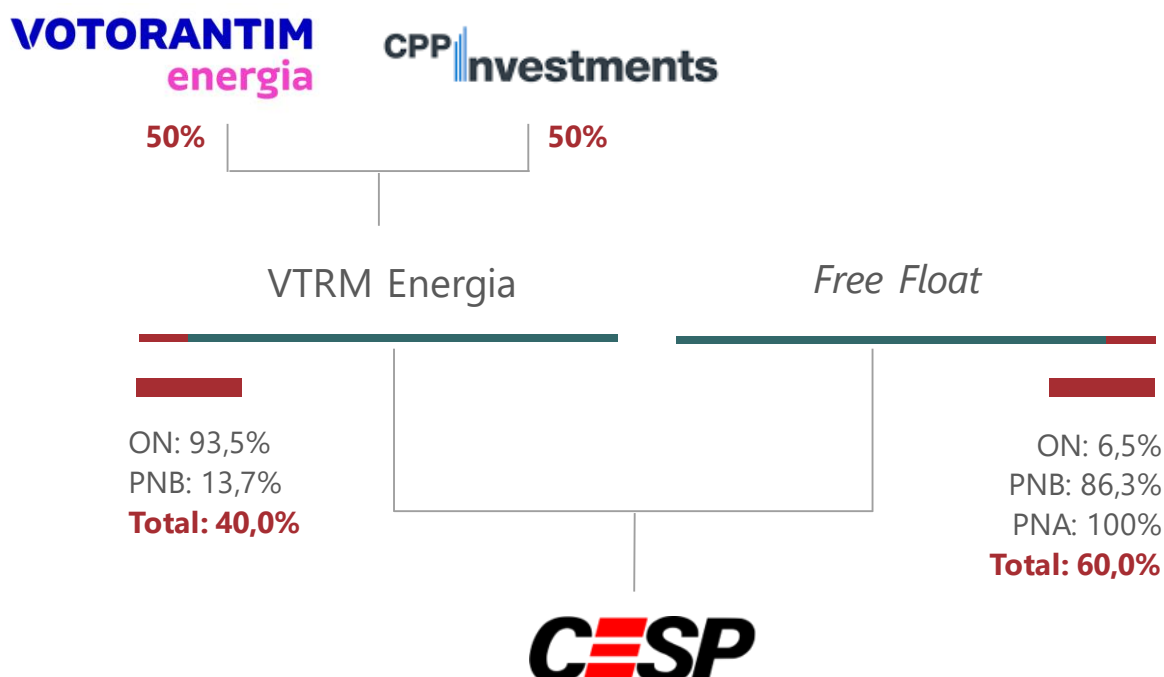
Adicionalmente, a CESP detém, neste momento, uma considerável posição de caixa e reitera que não há obrigações financeiras relevantes vincendas nos próximos anos.

Por fim, informamos que até o presente momento, a CESP não teve impacto material em suas operações e liquidação de direitos e obrigações por conta do COVID-19. Entretanto, considerando que estamos expostos a riscos operacionais decorrentes da saúde de nossos colaboradores e terceiros, bem como estamos sujeitos a eventuais restrições legais e de mercado que possam ser impostas como decorrência do COVID-19, não é possível assegurar que não seremos impactados

em nossas operações ou se nosso resultado será afetado por reflexos futuros que a pandemia poderá provocar.

## PERFIL DA COMPANHIA

A CESP foi constituída em 1966 pelo Governo do Estado de São Paulo e em dezembro de 2018 foi concluída a aquisição do controle acionário da Companhia pela VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM"), por meio do leilão de compra e venda de ações ordinárias ("ON") que pertenciam ao Governo do Estado de São Paulo.



## PARQUE GERADOR

A CESP detém a concessão de duas usinas de geração hidrelétrica sob contrato de concessão (UHE Porto Primavera – produção independente de energia e UHE Paraibuna) e uma usina hidrelétrica (UHE Jaguari) em regime de cotas de garantia física, como operador temporário, com um total de 18 unidades geradoras, 1.655 MW de potência e 948 MW médios de garantia física de energia.

As usinas estão instaladas nas bacias hidrográficas do Rio Paraná, no oeste do Estado de São Paulo, e do Rio Paraíba do Sul, no leste do Estado e compõem o seguinte parque gerador:

**Ativos Operacionais****Porto Primavera**

Potência: 1.540 MW

Garantia física: 887 MW médios

Concessão até abr/49 (Contrato celebrado em abril de 2019)

Município: Rosana (SP)

Área do reservatório: 2.040 km<sup>2</sup>

Extensão da barragem: 10,2 km

Unidades geradoras: 14

Entrada em operação: 1999

**Paraibuna**

Potência: 87 MW

Garantia física: 48 MW médios

Concessão até mar/21

Município: Paraibuna (SP)

Área do reservatório: 177 km<sup>2</sup>

Extensão da barragem: 0,5 km

Unidades geradoras: 2

Entrada em operação: 1978

**Jaguari**

Potência: 28 MW

Garantia física: 13 MW médios

Operação temporária desde mai/20

Município: São José dos Campos (SP)

Área do reservatório: 56 km<sup>2</sup>

Extensão da barragem: 1,0 km

Unidades geradoras: 2

Entrada em operação: 1972

Em 19 de maio de 2020, o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria nº 218/2020, que definiu a CESP como operadora temporária da UHE Jaguari, a partir de 21 de maio de 2020, até a assunção de novo empreendedor. Foi homologada pela ANEEL a Receita Anual de Geração (RAG) para o ciclo iniciado em 1º de julho de 2020, resultando em uma receita líquida anual de aproximadamente R\$9,0 milhões.

Cumpra salientar que, em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de junho de 2019, a administração da CESP deliberou pelo não interesse na renovação da concessão da UHE Jaguari, que representa menos de 1% da energia produzida pela CESP.

Destaca-se também que em atendimento à obrigação contida no Contrato de Concessão da UHE Porto Primavera, celebrado na modalidade de produção independente de energia em abril/2019, a CESP elaborou estudo de análise da viabilidade técnica e econômica da instalação de até mais 4 unidades geradoras na usina. Atualmente, a UHE Porto Primavera opera com potência instalada de 1.540 MW com 14 unidades geradoras instaladas e possui 04 poços vazios para eventual instalação de até 04 unidades geradoras adicionais, que foi objeto do estudo.

Os estudos foram realizados pela CESP com o apoio de renomadas empresas de consultoria especializadas no setor de energia elétrica. Como conclusão, a avaliação da viabilidade técnica e econômica do aproveitamento ótimo da UHE Porto Primavera não indicou condições economicamente favoráveis para a motorização adicional do empreendimento, considerando o marco regulatório vigente, visto que a expectativa de receita, advinda dos acréscimos marginais de garantia física, para os cenários de motorização adicional, não é suficiente para cobrir os custos fixos adicionais decorrentes da ampliação da usina.

## PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

### Geração (MW médios)

| Usinas Hidrelétricas   | 3T20         | 3T19         | Var. (%)  | 9M20         | 9M19         | Var. (%)  |
|------------------------|--------------|--------------|-----------|--------------|--------------|-----------|
| <b>Porto Primavera</b> | 958          | 942          | 2%        | 992          | 976          | 2%        |
| <b>Paraibuna</b>       | 61           | 57           | 8%        | 35           | 31           | 13%       |
| <b>Jaguari</b>         | 21           | 14           | 50%       | 10           | 6            | 66%       |
| <b>Total</b>           | <b>1.040</b> | <b>1.013</b> | <b>3%</b> | <b>1.038</b> | <b>1.013</b> | <b>2%</b> |

A produção de energia elétrica nas usinas operadas pela CESP no 3T20 atingiu 1.040 MW médios, 3% superior ao 3T19 quando atingimos 1.013 MW médios. Esse aumento da produção ocorreu devido a fatores sistêmicos ligados à política de despacho praticada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) para o Sistema Interligado Nacional.

A retomada do consumo de energia elétrica no Brasil na recuperação pós período mais severo da pandemia, as altas temperaturas registradas no país e um menor volume de usinas termelétricas, despachadas no período, contribuíram para que o ONS implementasse uma política de maior geração nas usinas hidrelétricas na região Sudeste, principalmente para a UHE Porto Primavera.

Com relação às UHE Paraibuna e Jaguari, a programação de produção dessas usinas se dá em função do controle da vazão na bacia do Rio Paraíba do Sul, com a definição pelo ONS da vazão defluente das usinas da cascata de modo a manter o volume da UHE Funil acima do mínimo e atendimento à vazão objetivo na estação elevatória Santa Cecília. Em razão da forte estiagem percebida no 3T20, houve demanda de geração elevada de energia elétrica nas UHE Jaguari e Paraibuna para manutenção e aumento da vazão do rio Paraíba do Sul.

## DISPONIBILIDADE

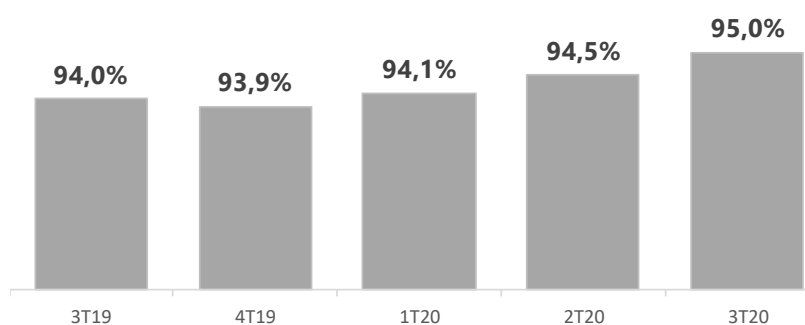
No 3T20 as usinas operadas pela CESP atingiram o índice de disponibilidade médio de 95,0%, valor superior ao 3T19, de 94,0%, continuando a trajetória consistente de aumento que reflete a adequada gestão da manutenção das usinas em 2020 e o bom desempenho operacional dos ativos de geração.

Segundo a Resolução Normativa ANEEL nº 614/2014, caso o índice de disponibilidade de uma usina hidrelétrica participante do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE") seja inferior ao índice de disponibilidade de referência considerado no cálculo da respectiva garantia física, a usina estará sujeita à aplicação de mecanismo de redução da garantia física. Com essas premissas, este indicador torna-se o principal balizador para avaliar o desempenho das usinas hidrelétricas e principal ferramenta de acompanhamento para mitigação de riscos de impactos operacionais aos compromissos comerciais.

O índice de disponibilidade das usinas da CESP consistentemente superior aos valores de referência estabelecidos pela ANEEL, demonstra a eficiência da operação e manutenção dos ativos operacionais e a adequada gestão dos riscos operacionais.

### Índice de Disponibilidade<sup>1</sup>

Média móvel 60 meses (%)



(1) Índice de disponibilidade é calculado por meio da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada Apurada ("TEIFa") e da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada ("TEIP"), regulamentados pela ANEEL.

## MERCADO DE ENERGIA

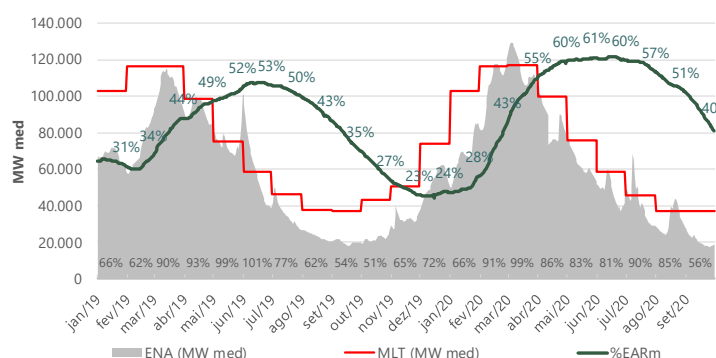
A recuperação da atividade econômica, ainda que parcial, associado às altas temperaturas em relação à média histórica para o período, levaram ao crescimento do consumo de energia em 1,6% no 3T20 em relação ao 3T19. Com isso, o Operador Nacional do Sistema (ONS), elevou as projeções de carga para o 4T20, considerando o crescimento de até 2,9% da perspectiva de consumo em relação ao mesmo período de 2019.

O aumento da carga, combinada com as afluições abaixo da média histórica, contribuíram para o deplecionamento dos reservatórios, que chegou em 40% ao final de setembro de 2020. A energia armazenada, no entanto, permanece em níveis superiores aos do ano passado, sendo o armazenamento no encerramento do 3T19 equivalente a 35% do total.

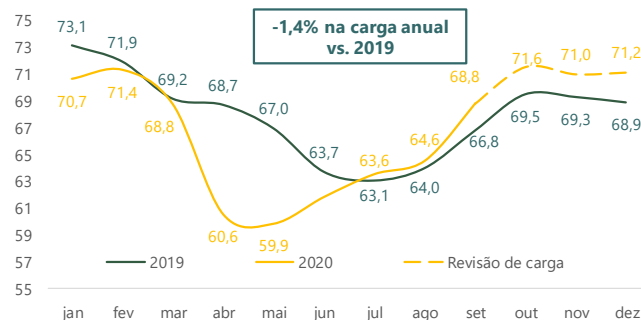
O aumento da carga no 3T20 e a projeção de aumento de carga para o 4T20 favoreceram o incremento do GSF projetado pela CCEE para 2020, de 80% em junho/20 para ~81% ao final de setembro de 2020.

Para o ano, devido ao consumo no período de pico do isolamento decorrente do COVID-19 no Brasil (abril a junho) ter ocorrido abaixo dos patamares de 2019, é projetada pelo ONS uma queda de 1,4% do consumo em 2020, em relação ao ano passado.

**ENA diária SIN (MW médio) e Energia Armazenada SIN (%)<sup>1</sup>**



**Evolução da Carga e Projeções ONS/EPE<sup>1</sup> (GW médio)**



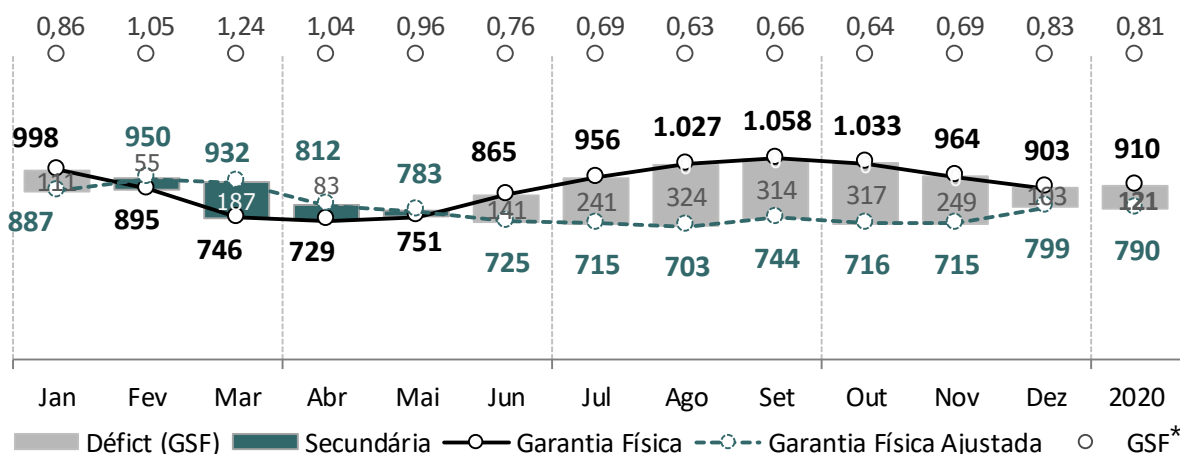
(1) Fonte: CCEE | MLT: Média de Longo Termo; EAR: Energia Armazenada; SIN: Sistema Interligado Nacional

## ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

A estratégia da Companhia para comercialização de energia está pautada por um planejamento minucioso e gestão proativa da comercialização de energia e do balanço energético, buscando gerar valor e mitigar o risco hidrológico.

No gráfico abaixo, mostramos nossa curva de sazonalização da garantia física para 2020 e a curva de sazonalização ajustada pelo GSF, conforme projeção da CCEE.

**Garantia Física Bruta e Garantia Física Ajustada (MW médio)**

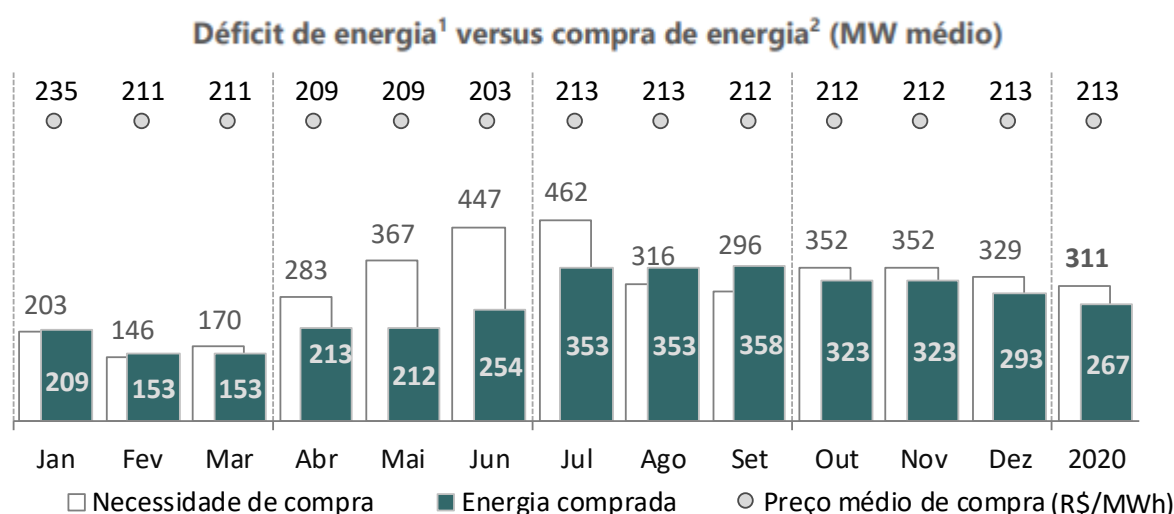


\*Projeção CCEE

Em decorrência das revisões de garantia física e o efeito negativo do GSF, a CESP apresentava, no início de 2020, um balanço energético deficitário. Para a equalização do balanço, a Companhia atua de forma estratégica com o objetivo de otimizar os resultados e reduzir a exposição ao risco hidrológico.

Até o final do 3T20, foram adquiridos 267 MW médios de energia para o ano de 2020 ao preço médio de R\$213/MWh (excluindo desse cálculo o montante energético liquidado na CCEE a PLD), 38% acima do volume comprado até o 3T19 (193 MW médios), a um preço médio 17% abaixo de 2019 (R\$258/MWh).

Para o ano de 2021, a companhia adquiriu, aproximadamente, 90% da energia necessária para cobrir o déficit energético, 246 MW médios.

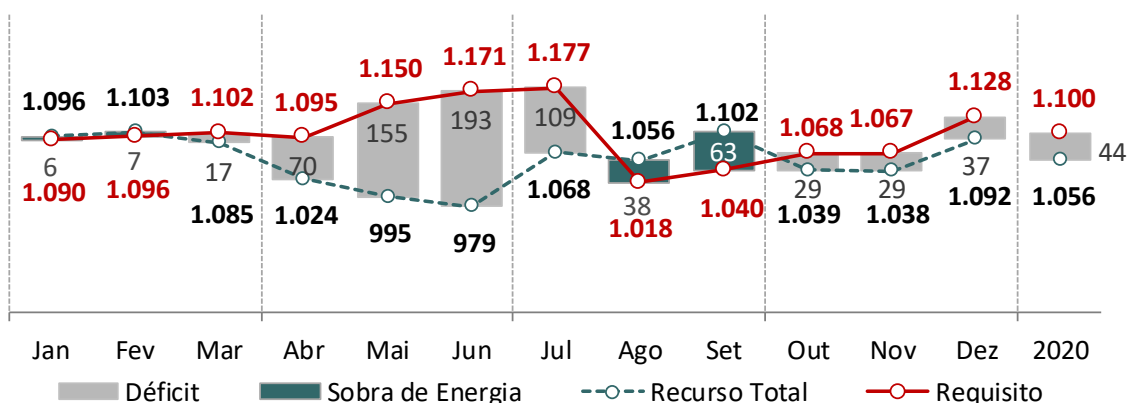


(1) Inclui venda de energia para liquidação de saldo na CCEE em operações de PLD + deságio | (2) Diferença entre necessidade de compra e energia comprada liquidada a um PLD de R\$88/MWh no mês de julho

A estratégia de otimização do balanço energético considera as melhores oportunidades de mercado, com o objetivo de mitigar riscos de preço (PLD) e evitar a exposição financeira positiva na CCEE, dada a inadimplência sistêmica. Deste modo, em julho a Companhia manteve a estratégia, também adotada no 2T20, elevando sua exposição na Câmara de Comercialização de Energia (CCEE) para evitar a inadimplência percebida na liquidação financeira da CCEE.

Como resultado dessa estratégia, a CESP elevou seu déficit na CCEE em 195 MW médios, por meio da venda de energia, a um preço médio de R\$88/MWh, compensando R\$13 milhões (68%), de um montante de R\$19 milhões que a Companhia tinha a receber ao final de julho de 2020. Não houve operações de curto prazo nos demais meses do trimestre.

Ao final do terceiro trimestre, o balanço energético, da CESP, para todo o ano de 2020 apresentava um déficit de 44MW médios, conforme ilustrado abaixo.



Em decorrência do cenário que se instalou no país com a pandemia do COVID-19 e, procurando preservar as melhores relações contratuais e comerciais com seus clientes, a CESP renegociou contratos em um volume energético consolidado inferior a 1% do total da energia vendida para 2020. Os efeitos dessa negociação geram uma pequena redução no volume vendido para o ano.

Importante ressaltar que as negociações têm contrapartidas futuras, de tal forma que os efeitos financeiros assumidos pela CESP em 2020 serão compensados no futuro, sem prejuízo econômico decorrente da negociação.

## CESP COMERCIALIZADORA

Em janeiro de 2020, a Companhia iniciou as operações da CESP Comercializadora e ingressou no mercado de trading de energia, dentro de limites de risco pré-estabelecidos. Tais operações são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem à definição de instrumentos financeiros por valor justo.

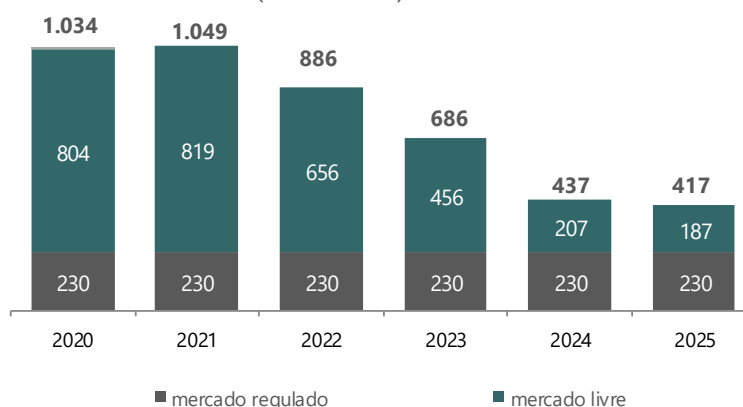
A CESP Comercializadora tem como objetivo a promoção de uma gestão mais otimizada do balanço energético da CESP, uma melhor gestão dos riscos hidrológicos e de mercado e um aperfeiçoamento da estratégia comercial da Companhia, com o desenvolvimento de novos clientes, mercados e oportunidades.

## CLIENTES

Os contratos de venda da CESP no mercado livre foram celebrados, em sua maioria, entre os anos de 2003 e 2015 e são corrigidos pela inflação e dólar. Adicionalmente, alguns contratos possuem cláusulas de flexibilidade, ou seja, há limites mínimos e máximos que são aplicados aos volumes mensais sazonalizados e ao volume consolidado do ano.

Os contratos no mercado regulado tiveram início em 2009 e 2010, vigentes até 2038 e 2039, com volume de 230 MW médios e são corrigidos pela inflação. A partir de 2023, o volume de energia vendida é substancialmente menor e, a partir de 2026, a Companhia não possui energia vendida no mercado livre.

**Portfólio de Clientes (MW médio)**



Em função de boas oportunidades de mercado e em linha com a estratégia de longo prazo, a CESP celebrou novos contratos de venda de energia para o período de 2023 a 2025.

É importante destacar que a Companhia implementou uma estratégia de *hedge* com a finalidade de mitigar a exposição cambial da receita proveniente de contratos de venda de energia indexados ao dólar, utilizando o instrumento financeiro *Non-Deliverable Forwards* ("NDF"). Mais detalhes sobre essa estratégia na página 17 deste documento.

No 3T20, o preço médio no mercado regulado (distribuidoras) ficou em R\$248/MWh, um aumento de ~3% em relação a 3T19 devido, principalmente, a cláusulas de reajuste contratual, conforme detalhes abaixo:

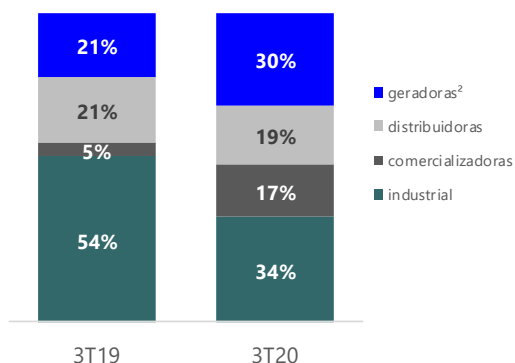
| Data início  | Data fim   | Volume<br>(MW médio) | Preço bruto<br>início<br>(R\$/MWh) | Preço bruto<br>3T20<br>(R\$/MWh) <sup>(1)</sup> |
|--------------|------------|----------------------|------------------------------------|-------------------------------------------------|
| 01/01/2009   | 31/12/2038 | 78                   | 125 <sup>(2)</sup>                 | 258                                             |
| 01/01/2010   | 31/12/2039 | 144                  | 116 <sup>(3)</sup>                 | 243                                             |
| <b>Total</b> |            | <b>222</b>           | <b>119</b>                         | <b>248</b>                                      |

(1) Preços corrigidos pelo IPCA. | (2) Data base de início 29/06/2006. | (3) Data base de início 16/12/2005

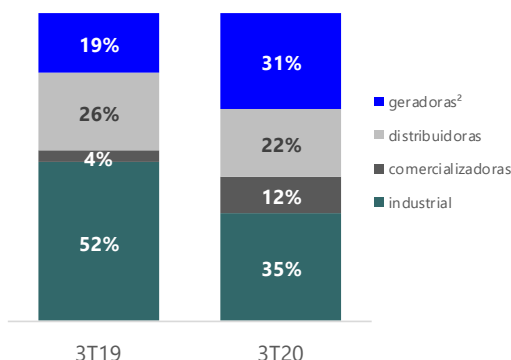
Como forma de mitigar sua exposição ao risco hidrológico, a CESP repactuou em 2016 o montante de 230 MW médios contratados até 2028 montante relativo aos contratos no mercado regulado. Desta forma, esta parcela da sua garantia física está protegida das oscilações do GSF.

Os clientes livres (industrial, comercializadoras e geradoras) representaram 81% do volume de vendas no 3T20 e 73% no 3T19, aumento decorrente do maior volume de venda para comercializadoras, alinhada com a estratégia de equacionamento do balanço energético da Companhia.

**Perfil dos Clientes nas Vendas<sup>1</sup> (%)**  
(Em MWh)



**Perfil dos Clientes na Receita<sup>1</sup> (%)**  
(Em R\$)



(1) Exclui resultados associados à CCEE | (2) Considera geradoras com comercializadoras integrados.

O preço médio corrigido dos contratos no mercado livre (industrial, comercializadoras e geradoras) foi de R\$209/MWh, aumento de 11% em relação ao 3T19 (R\$188 MWh), decorrente de reajustes de preço nos contratos, correções monetárias e condições contratuais que permitem a flexibilidade na alocação da energia.

## RECEITA OPERACIONAL

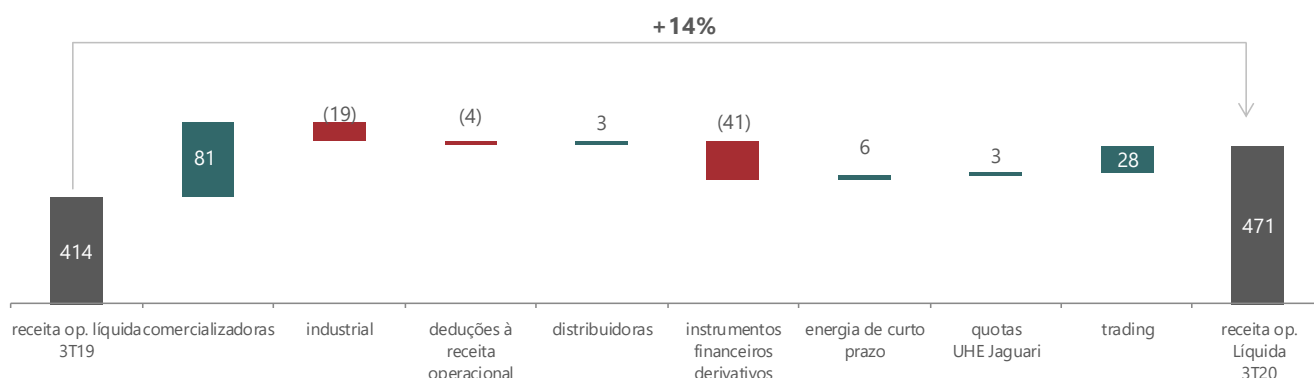
A Receita Operacional Líquida no 3T20 totalizou R\$471 milhões, aumento de R\$56 milhões (+14%) em relação aos R\$414 milhões do 3T19, majoritariamente decorrente de:

- **Comercializadoras:** Aumento de R\$81 milhões decorrente, principalmente: (i) das condições contratuais previamente acordadas com as contrapartes (sazonalização de energia vendida); (ii) liquidação de saldo junto a CCEE no montante de ~R\$13 milhões e (iii) pela atualização dos contratos indexados ao dólar.
- **Trading:** início das operações de *trading* pela CESP Comercializadora, com receita de R\$28 milhões no 3T20,
- **Energia de curto prazo:** Aumento de R\$6 milhões devido a nova estratégia de equalização do balanço energético da Companhia combinada com uma gestão otimizada dos recebíveis na CCEE em decorrência da inadimplência sistêmica.
- **Distribuidoras:** Aumento de R\$3 milhões decorrente de cláusula de reajuste contratual.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- **Instrumentos de Derivativo:** Redução de R\$41 milhões em decorrência da liquidação de instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição cambial dos contratos do mercado livre, indexados ao dólar.
- **Industrial:** Redução de R\$19 milhões do volume de venda em função das condições contratuais previamente acordadas com as contrapartes (flexibilidade, sazonalidade e renegociações).

## Receita Operacional Líquida 3T19 vs. 3T20 (R\$ milhões)



### Instrumentos Financeiros Derivativos

A CESP possui contratos de venda de energia indexados ao dólar. Com a finalidade de mitigar a exposição cambial proveniente desses contratos a Companhia implementou uma estratégia de *hedge* utilizando o instrumento financeiro de *Non-Deliverable Forward* ("NDFs") e contabilizados como *hedge accounting*. A estratégia tem o objetivo de proteger aproximadamente 95% da exposição cambial no período. A tabela a seguir reflete a posição dos instrumentos derivativos em 30 de setembro de 2020:

| NDFs         | Notional<br>(USD milhões) | Taxa média cambial<br>a termo (R\$) | Valor justo<br>(R\$ milhões) |
|--------------|---------------------------|-------------------------------------|------------------------------|
| 2020         | 43                        | 4,28                                | (58)                         |
| 2021         | 111                       | 4,36                                | (144)                        |
| <b>Total</b> | <b>154</b>                | <b>4,34</b>                         | <b>(203)</b>                 |

Os valores justos dos instrumentos de *hedge* serão reconhecidos no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou seja liquidada. Após efetiva liquidação, os ganhos ou perdas serão reconhecidos na receita. Mais detalhes vide nota explicativa 26.5 da DF 3T20.

## CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$337 milhões no 3T20 frente a R\$287 milhões registrada no 3T19, crescimento de 17% na comparação dos períodos.

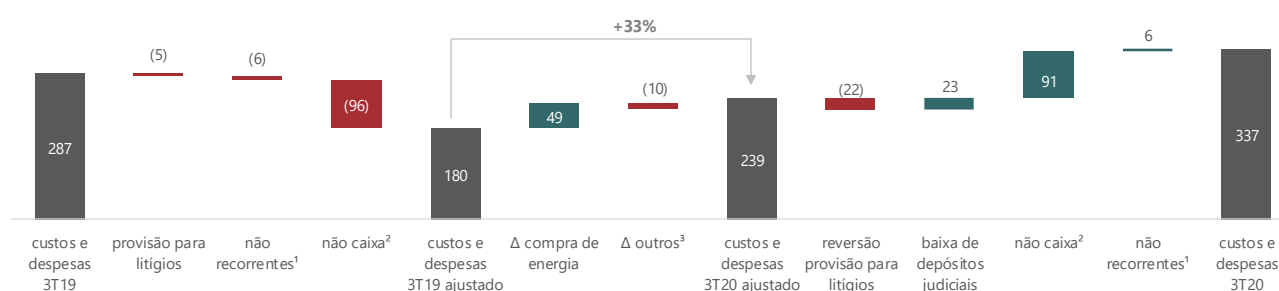
Em ambos os trimestres houve efeitos não recorrentes e não caixa, conforme descritos a seguir:

- **Reversão de provisão de litígios:** No 3T20, ocorreu uma reversão de provisão no montante de R\$22 milhões em linha com a estratégia de revisão constante dos prognósticos de risco dos processos judiciais e valores em discussão, em complementação à própria estratégia processual de redução do contingente passivo. No 3T19 houve provisão no montante de R\$5 milhões.
- **Programa de Demissão Voluntária:** No 3T20, houve o impacto de despesas, não recorrentes, de R\$6 milhões referente a gastos médicos do programa de Demissão Voluntário ("PDV") de 2019 acrescido de novos acordos firmados voluntariamente

- **Baixa de depósitos judiciais:** No 3T20, foi reconhecida a despesa de R\$23 milhões referente a baixa de depósitos judiciais levantados pelas contrapartes sem o reconhecimento no resultado à época, identificados no processo de conciliação dos depósitos judiciais. Cabe ressaltar, que essa contabilização é resultado do avanço no processo de análise criteriosa do contencioso passivo e dos depósitos judiciais correspondentes aos processos.
- **Efeitos não caixa:** Inclui depreciação/amortização, provisões de almoxarifado e a marcação a mercado de contratos futuros de energia. No 3T20 o montante não caixa foi de R\$91 milhões explicado pela depreciação de R\$ 95 milhões e pela marcação a mercado de contratos futuros de energia de R\$8 milhões, parcialmente compensado, pelo reconhecimento de R\$12 milhões de créditos extemporâneos de PIS/COFINS sobre insumos de 2015. No 3T19 os efeitos não caixa somaram R\$96 milhões, explicado pelo valor de depreciação e amortização no período.

Excluindo os efeitos não recorrentes e não caixa, os custos e as despesas operacionais no 3T20 totalizaram R\$239 milhões, aumento de 33% em relação ao 3T19, quando reportou R\$180 milhões.

#### Custos e Despesas 3T20 vs. 3T19 (R\$ milhões)



(1) Considera despesas com PDV | (2) Considera depreciação/amortização e provisão (reversão) para redução ao valor realizável de almoxarifados, provisão para PIS/COFINS sobre depósitos judiciais e marcação a mercado contratos futuros de energia. | (3) Desconsidera custos com energia comprada.

- **Energia comprada:** Aumento de 40% em relação ao 3T19, decorrente da estratégia de sazonalização com menor alocação da garantia física no 3T20 vs. 3T19 e aumento do volume de vendas alocado no 3T20 em relação ao mesmo período de 2019, em linha com a estratégia de gestão do balanço energético. No 3T20 foram adquiridos 355MW médios, 53% acima do volume comprado no 3T19 (232 MW médios) a um preço médio de R\$213/MWh, 8% inferior ao preço do mesmo período no ano anterior.

Vale destacar que diversas frentes de iniciativas para ganhos de eficiência operacional e racionalização de custos e despesas foram tomadas pela Companhia.

- **Pessoal e Administradores:** Redução de 22%, decorrente da redução de aproximadamente 50% no número de funcionários e da mudança no perfil profissional, acompanhada pela reformulação de metas, avaliação de desempenho, desenvolvimento, capacitação profissional, gestão reconhecida pelo segundo ano consecutivo, com o selo *Great Place to Work - GPTW*.

- **Serviços de terceiros, materiais e alugueis:** Queda de 37% pela renegociação de contratos e revisão de processos possibilitando capturar eficiências em custos e operações.

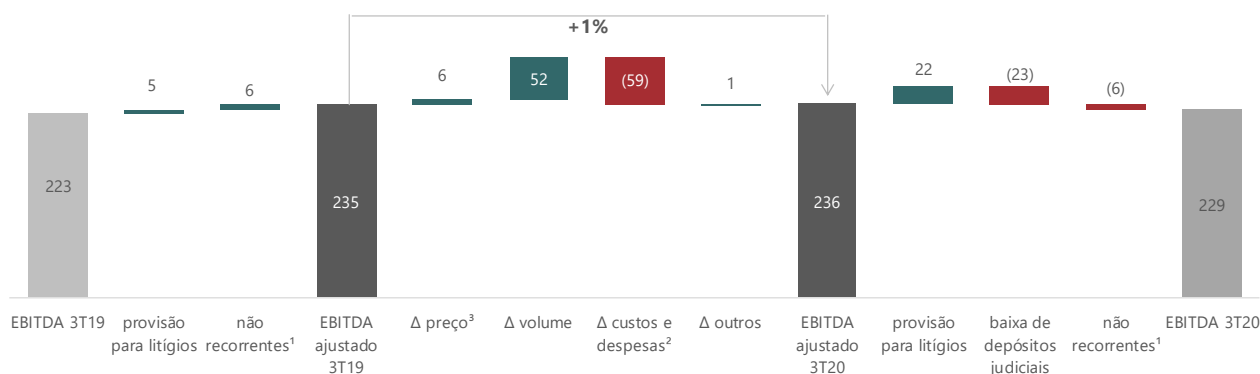
## EBITDA

| EBIT / EBITDA CONSOLIDADO<br>- R\$ mil | 3T20            | 3T19           | Var. (%)    | 9M20           | 9M19             | Var. (%)    |
|----------------------------------------|-----------------|----------------|-------------|----------------|------------------|-------------|
| <b>Lucro líquido</b>                   | <b>(58.525)</b> | <b>(7.856)</b> | <b>n.m.</b> | <b>133.086</b> | <b>(170.101)</b> | <b>n.m.</b> |
| IR e CSLL líquidos <sup>1</sup>        | 10.356          | (951)          | n.m.        | 121.930        | 6.672            | n.m.        |
| Resultado financeiro                   | 181.673         | 135.923        | 34%         | 385.209        | 287.559          | 34%         |
| <b>= EBIT</b>                          | <b>133.504</b>  | <b>127.116</b> | <b>5%</b>   | <b>640.225</b> | <b>124.130</b>   | <b>n.m.</b> |
| Depreciação / amortização              | 95.376          | 96.289         | -1%         | 295.647        | 267.420          | 11%         |
| <b>EBITDA</b>                          | <b>228.880</b>  | <b>223.405</b> | <b>2%</b>   | <b>935.872</b> | <b>391.550</b>   | <b>139%</b> |
| PDV                                    | 5.961           | 5.955          | 0%          | 5.961          | 110.746          | -95%        |
| Reversão provisão de litígios          | (22.052)        | 5.259          | n.m.        | (129.240)      | (7.488)          | n.m.        |
| Baixa de depósitos judiciais           | 23.163          | -              | n.m.        | 46.806         | -                | n.m.        |
| <b>EBITDA ajustado</b>                 | <b>235.952</b>  | <b>234.619</b> | <b>1%</b>   | <b>859.399</b> | <b>494.808</b>   | <b>74%</b>  |
| Margem EBITDA ajustado                 | 50%             | 57%            | -6 p.p.     | 61%            | 43%              | 17 p.p.     |

(1) IR e CSLL líquidos resultado de R\$21 milhões de imposto corrente e R\$11 milhões de diferido, sendo R\$23 milhões de saída de caixa. 9M20: R\$88 milhões de imposto corrente e R\$34 milhões de diferido e saída de caixa R\$55 milhões.

O EBITDA ajustado totalizou R\$236 milhões no 3T20 com margem de 50%, em linha com o mesmo período de 2019. O aumento na receita líquida foi compensado, parcialmente, pelo aumento no custo de compra de energia.

### EBITDA 3T19 vs. 3T20 (R\$ milhões)



(1) Considera despesas com PDV / (2) Desconsidera os itens não caixa: provisão PIS/COFINS depósitos judiciais e marcação a mercado contratos futuros de energia / (3) considera instrumentos financeiros de derivativos

## RESULTADO FINANCEIRO

| Resultado Financeiro – R\$ mil | 3T20             | 3T19             | Var. (%)    | 9M20             | 9M19             | Var. (%)    |
|--------------------------------|------------------|------------------|-------------|------------------|------------------|-------------|
| <b>Receitas financeiras</b>    | <b>6.550</b>     | <b>9.085</b>     | <b>-28%</b> | <b>25.004</b>    | <b>63.173</b>    | <b>-60%</b> |
| <b>Despesas financeiras</b>    | <b>(188.223)</b> | <b>(145.008)</b> | <b>30%</b>  | <b>(410.213)</b> | <b>(350.732)</b> | <b>17%</b>  |
| Encargos de dívida             | (22.954)         | (37.522)         | -39%        | (69.321)         | (112.088)        | -38%        |
| Provisão para litígios         | (110.651)        | (96.237)         | 15%         | (226.443)        | (225.710)        | 0%          |
| Baixas de depósitos judiciais  | (5.874)          | -                | n.m.        | (21.907)         | -                | n.m.        |
| Variações cambiais, líquidas   | -                | (6.068)          | n.m.        | -                | (3.128)          | n.m.        |
| Outras despesas financeiras    | (48.744)         | (5.181)          | n.m.        | (92.542)         | (9.806)          | n.m.        |
| <b>Resultado financeiro</b>    | <b>(181.673)</b> | <b>(135.923)</b> | <b>34%</b>  | <b>(385.209)</b> | <b>(287.559)</b> | <b>34%</b>  |

O resultado financeiro líquido no 3T20 registrou despesa de R\$182 milhões comparado a despesa de R\$136 milhões apresentada no 3T19. O aumento de 34% na comparação trimestral pode ser explicado principalmente, por:

- **Outras despesas financeiras:** Aumento de R\$44 milhões, principalmente: (i) pela atualização do saldo do passivo atuarial (CPC 33) no montante de R\$15 milhões, (ii) pagamento do prêmio de liquidação antecipada da 11ª Debênture no montante de R\$11 milhões
- **Atualização do saldo de provisão para litígios:** Aumento de R\$14 milhões, decorrente da atualização do saldo de provisão para litígios, que possuem majoritariamente o IGPM como indexador.
- **Baixas de depósitos judiciais:** Despesa de R\$6 milhões referente a reversão de correção monetária sobre depósitos judiciais levantados pelas contrapartes.
- **Receitas financeiras:** Redução de R\$3 milhões decorrente do menor nível CDI que corrige as aplicações da Companhia.

Compensando parcialmente por:

- **Encargos de dívidas:** Redução de R\$15 milhões decorrente do menor CDI no período, uma vez que a remuneração da 11ª emissão de debênture é indexada ao referido índice.

## IMPOSTO DE RENDA (IR) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

Os valores de IR e CSLL ("impostos") do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos obedecem ao regime de competência e são apurados conforme a legislação vigente. A Companhia adota o regime de lucro real anual com pagamento por estimativa mensal, o que pode gerar um descasamento entre o pagamento e a apuração do imposto, sendo ajustado na apuração anual do IR e CSLL.

Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis são reconhecidos na proporção da probabilidade de que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. O reconhecimento é oriundo do teste de *impairment*, realizado conforme Instrução CVM 371/2002.

A Companhia e sua controlada possuem saldo de R\$ 1.096 milhões referente à impostos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias contabilizados em seu balanço em 30 de setembro de 2020.

A despesa com IR e CSLL no 3T20 foi de R\$10 milhões, sendo R\$21 milhões referente ao IR e CSLL correntes, e reversão de R\$11 milhões referente ao diferido. O valor pago de imposto no 3T20, calculado por estimativa, foi de R\$24 milhões (caixa) e a alíquota efetiva do período foi de 21%.

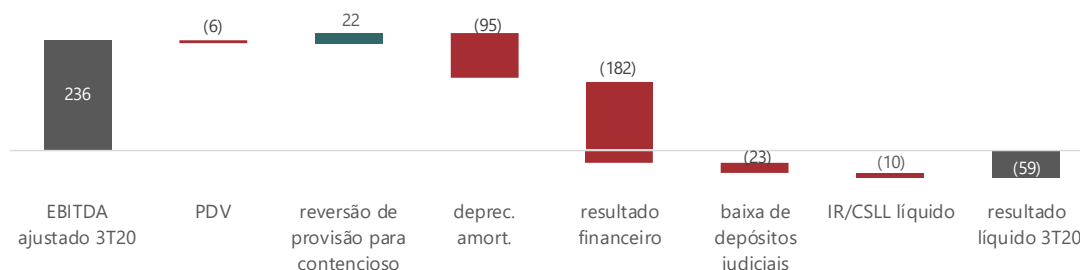
Importante destacar que a CESP possui prejuízo fiscal a ser compensado no montante de R\$3 bilhões, sendo R\$372 milhões já contabilizados no balanço da Companhia como imposto diferido a alíquota de 34%, podendo ser compensado mediante a realização de resultado.

Há ainda, R\$2,6 bilhões de prejuízo fiscal, não registrado nas demonstrações financeiras (off-balance), que poderá ser reconhecido como imposto deferido a ser compensado, a partir do momento que sua realização seja vislumbrada.

Adicionalmente, os prejuízos fiscais poderão ser compensados, observado em cada período de apuração o limite de 30% do lucro real ou lucro tributável = EBT (*earnings before taxes*) +/- ajustes temporários e permanentes.

## RESULTADO LÍQUIDO

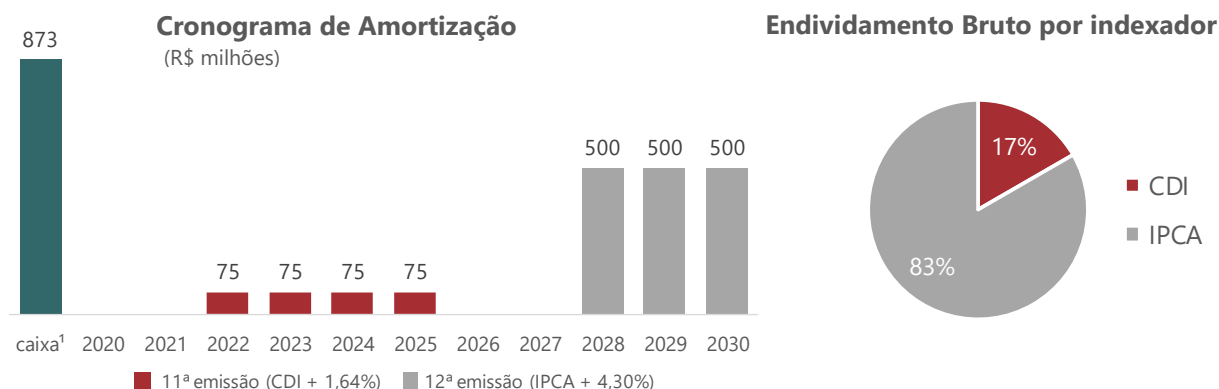
O resultado líquido do 3T20 atingiu prejuízo de R\$59 milhões, contra um prejuízo de R\$8 milhões no 3T19. O gráfico a seguir apresenta os principais fatores que influenciaram o resultado líquido do 3T20, a partir do EBITDA ajustado do mesmo período (R\$ milhões):



## ENDIVIDAMENTO

O endividamento bruto em 30 setembro de 2020 era de R\$1.770 milhões contra R\$1.791 milhões ao final de 2019.

Como estratégia da gestão do endividamento, em agosto a CESP captou um montante de R\$1,5 bilhão através da emissão da 12ª Debênture de infraestrutura à uma taxa de IPCA + 4,30% a.a. e prazo de 10 anos. A captação foi realizada com o objetivo de pré-pagar, parcialmente, as debêntures emitidas no âmbito da 11ª Emissão que, por sua vez, foram emitidas com a finalidade de financiar o pagamento da outorga de renovação da concessão da UHE Porto Primavera. Em 30 de setembro de 2020, o prazo médio da dívida era de 8,0 anos.



(1) Saldo de caixa em 30/09/20. Não inclui o pagamento de R\$196 milhões em dividendos realizado em outubro.

A posição de caixa e equivalentes de caixa ao final de setembro 2020 era R\$873 milhões contra R\$541 milhões em setembro de 2019. A dívida líquida em 30 de setembro de 2020 era de R\$1.099 milhões.

## RATING

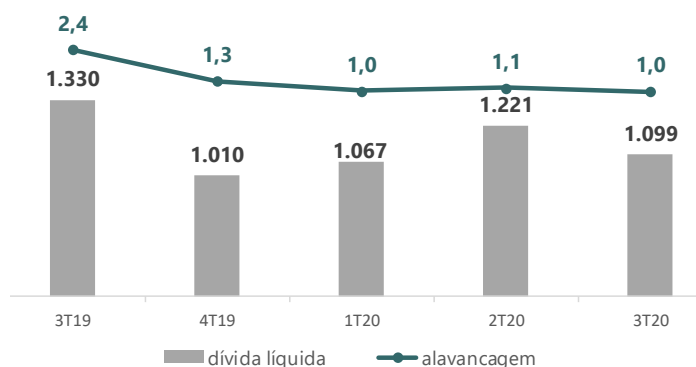
Em decorrência da revisão do rating soberano, em julho de 2020, a **Standard & Poor's** ("S&P") revisou a perspectiva do rating da CESP de positiva para estável, ao mesmo tempo que reafirmou os ratings 'BB-' na escala global e 'brAAA'.

Em 29 de julho de 2020 a **Fitch** divulgou relatório comunicando a atribuição do rating corporativo da CESP em 'BB' na escala internacional, com perspectiva negativa e 'AAA (bra)' na escala nacional, com perspectiva estável, conforme demonstrado abaixo:

|                              | Rating       | Outlook  | Revisão  |
|------------------------------|--------------|----------|----------|
| <b>FitchRatings</b>          | BB   AAA(br) | Negativo | Jul/2020 |
| <b>STANDARD &amp; POOR'S</b> | BB-   br.AAA | Estável  | Jul/2020 |

## ALAVANCAGEM

A alavancagem, medida pela relação entre dívida líquida e EBITDA ajustado, que atingiu o pico de 4,0x no segundo trimestre de 2019, chegou a 1,0x no 3T20.

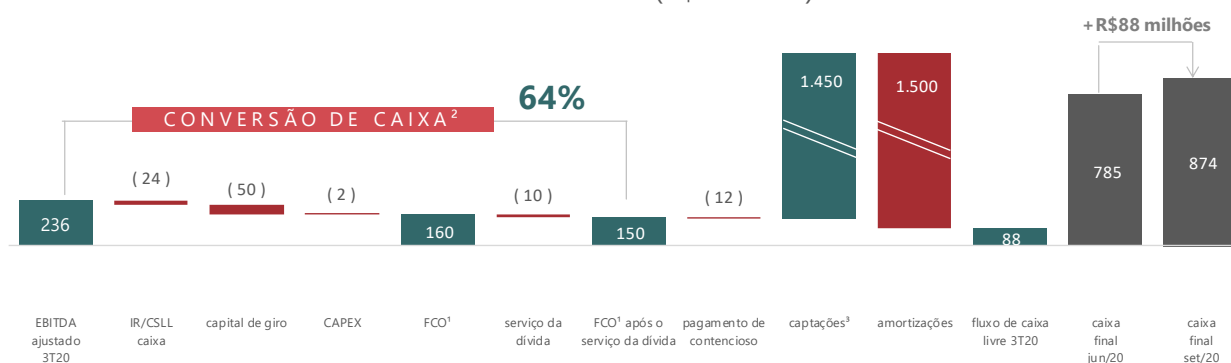
**Dívida Líquida (R\$ milhões) e Alavancagem (x)**


## FLUXO DE CAIXA LIVRE

| Fluxo de Caixa - R\$ mil                                   | 3T20           | 3T19           | Var. (%)    | 9M20           | 9M19           | Var. (%)   |
|------------------------------------------------------------|----------------|----------------|-------------|----------------|----------------|------------|
| EBITDA ajustado                                            | 235.952        | 234.619        | 1%          | 859.399        | 494.807        | 74%        |
| IR/CSLL caixa                                              | (23.603)       | -              | n.m.        | (55.511)       | -              | n.m.       |
| Capital de giro                                            | (49.939)       | 8.042          | n.m.        | (93.046)       | (23.399)       | n.m.       |
| CAPEX                                                      | (1.940)        | (915)          | 112%        | (10.093)       | (4.544)        | 122%       |
| <b>Fluxo de caixa operacional</b>                          | <b>160.470</b> | <b>241.746</b> | <b>-34%</b> | <b>700.749</b> | <b>466.864</b> | <b>50%</b> |
| Serviço da dívida                                          | (10.137)       | (23.412)       | -57%        | (57.595)       | (70.870)       | -19%       |
| <b>Fluxo de caixa operacional após o serviço da dívida</b> | <b>150.333</b> | <b>218.334</b> | <b>-31%</b> | <b>643.154</b> | <b>395.994</b> | <b>62%</b> |
| Pagamento de litígio                                       | (12.359)       | (96.746)       | 4%          | (52.495)       | (177.126)      | -70%       |
| Captações                                                  | 1.450.167      | -              | n.m.        | 1.450.167      | 1.777.982      | -18%       |
| Amortizações                                               | (1.500.011)    | (46.428)       | n.m.        | (1.500.033)    | (171.004)      | n.m.       |
| Pagamento da outorga                                       | -              | -              | n.m.        | -              | (1.398.703)    | n.m.       |
| Dividendos                                                 | (86)           | -              | 38%         | (409.644)      | (297.164)      | 38%        |
| <b>Fluxo de caixa livre</b>                                | <b>88.044</b>  | <b>75.160</b>  | <b>17%</b>  | <b>131.149</b> | <b>129.979</b> | <b>1%</b>  |
| Saldo de caixa inicial                                     | 784.549        | 465.706        | -56%        | 741.444        | 410.886        | 80%        |
| Saldo de caixa final                                       | 872.593        | 540.865        | 69%         | 872.593        | 540.865        | 61%        |

No 3T20 foi gerado R\$150 milhões de fluxo de caixa operacional após serviço da dívida, o que representa um índice de conversão de caixa<sup>2</sup> de ~64%. A queda no capital de giro decorre, principalmente: (i) pelo aumento do saldo credor na CCEE em R\$21 milhões; (ii) descasamento temporal de crédito extemporâneos de de PIS/COFINS sobre outras despesas de R\$12 milhões; (iii) recolhimento de PIS/COFINS, postergado, conforme determinado nas Portarias nº 139 e 245 do Ministério da Economia, em virtude da pandemia do Covid-19 no montante de R\$14 milhões. Vale destacar que até outubro de 2019 a CESP não realizou o pagamento de PIS/COFINS, pois compensou com créditos de IRPJ. O fluxo de caixa livre registrado ao final de setembro 2020 foi positivo em R\$88 milhões.

## Fluxo de Caixa (R\$ milhões)



(1) FCO=Fluxo de Caixa Operacional | (2) Considera conversão de caixa= (FCO após o Serviço da Dívida/EBITDA Ajustado). Inclui pagamento de R\$14 milhões de PIS/COFINS postergado de acordo com as portarias do Ministério da Economia. Desconsiderando-se este efeito a conversão de caixa seria 70%. | (3) Inclui custo de captação de ~R\$50 milhões

## CAPEX

No 3T20 o *capex* da CESP foi de R\$2 milhões, destinado majoritariamente para aquisição de equipamentos em linha com o plano de modernização das usinas hidrelétricas.

## ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS – VIVEST

A Companhia patrocina o plano de aposentadoria aos seus empregados e ex-empregados através da VIVEST, entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela CESP. Os planos de benefícios foram constituídos na modalidade de plano de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD).

Na modalidade de plano de CD a Companhia faz contribuições fixas à VIVEST, não tendo obrigações legais de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os beneficiários. Os planos BD estabelecem um valor de benefício fixo de renda vitalícia de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria. O plano de benefícios BD mais relevante da CESP é o BSPS (Benefício Suplementar Proporcional Saldado) constituído como resultado da negociação entre o Governo do Estado de São Paulo (ex-acionista controlador) e os sindicatos para viabilizar o processo de privatização das empresas de energia em 1997.

Os valores relativos às contribuições, custos, passivos ou ativos do plano BD são calculados anualmente por atuário independente, no fechamento de cada exercício social e registrados conforme previsto no CPC 33(R)/IAS19 – Benefícios a Empregados.

O cálculo atuarial leva em consideração premissas que incluem: (i) taxa de desconto para calcular o valor presente do passivo atuarial real e nominal, (ii) taxa de retorno esperado dos ativos dos planos, (iii) taxa de crescimento salarial, (iv) taxa de inflação de longo prazo, (v) taxa de rotatividade e (vi) taxa de mortalidade e invalidez.

De acordo com o CPC 33, a taxa de desconto utilizada para a estimativa do passivo atuarial deve representar um título de ampla liquidez e alto grau de confiança, sendo convencionado

atualmente a utilização da NTN-B (taxa de títulos públicos de longo prazo), como principal referência. Sendo assim, em 31 de dezembro de 2019, a CESP contabilizou em seu Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) o déficit atuarial de R\$837 milhões, calculado, conforme demonstrado na tabela abaixo:

| <b>Taxa nominal - 7,16%</b><br><b>Com base na NTN-B 31/12/2019</b> | <b>BSPS</b>  | <b>BD</b>   | <b>CV</b>   | <b>Total</b> |
|--------------------------------------------------------------------|--------------|-------------|-------------|--------------|
| Valor presente das obrigações                                      | (5.623)      | (912)       | (131)       | (6.666)      |
| Valor justo dos ativos                                             | 4.818        | 949         | 99          | 5.866        |
| (Passivo)/Ativo                                                    | (805)        | 38          | (32)        | (799)        |
| Superávit irre recuperável (efeito do limite de ativo)             | -            | (38)        |             | (38)         |
| <b>(Passivo)/Ativo a ser reconhecido</b>                           | <b>(805)</b> | <b>(32)</b> | <b>(32)</b> | <b>(837)</b> |

A Administração da Companhia, com o objetivo de dar maior transparência, decidiu calcular, na mesma data base acima, para efeito comparativo, os impactos na mensuração do passivo atuarial, aplicando a taxa de desconto com base no rendimento dos títulos privados de alto giro e *rating* (debêntures), conforme demonstrado a seguir:

| <b>Taxa nominal - 9,087%</b><br><b>Com base nas debêntures</b> | <b>BSPS</b> | <b>BD</b> | <b>CV</b>  | <b>Total</b> |
|----------------------------------------------------------------|-------------|-----------|------------|--------------|
| Valor presente das obrigações                                  | (4.732)     | (725)     | (106)      | (5.563)      |
| Valor justo dos ativos                                         | 4.818       | 949       | 99         | 5.866        |
| (Passivo)/Ativo                                                | 86          | 225       | (7)        | 303          |
| Superávit irre recuperável (efeito do limite de ativo)         | (86)        | (225)     | -          | (311)        |
| <b>(Passivo)/Ativo a ser reconhecido</b>                       | <b>-</b>    | <b>-</b>  | <b>(7)</b> | <b>(7)</b>   |

Em caso de aplicação da taxa de mercado de títulos privados, o déficit atuarial apurado pela metodologia CPC 33(R)/IAS 19 de ~R\$7 milhões, estaria se aproximando ao resultado apurado pela Fundação Cesp, de acordo com a metodologia PREVIC. Importante destacar, que aportes de caixa pela CESP, so serão necessários se for apurado déficit nessa metodologia.

A diferença entre os saldos apresentados, em 31 de dezembro de 2019, é decorrente da diferença de metodologias utilizadas entre a CESP e a VIVEST para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios.

Diante do exposto acima, foi aprovado em 16 de junho de 2020, pelo Conselho de Administração, medidas de adequação dos Planos VIVEST às práticas de mercado atuais, bem como as medidas de isonomia e mitigatórias de riscos inerentes aos Planos VIVEST, tudo em conformidade com os procedimentos e a regulamentação aplicável e vigente. Importante destacar que as medidas ainda dependem de aprovações junto à VIVEST e PREVIC antes de sua implementação.

## CONTINGÊNCIAS

### Processos Judiciais Passivos

Atualmente, a Companhia é parte em processos judiciais que representam uma contingência passiva total de, aproximadamente, R\$11 bilhões. É importante reforçar que a Companhia ainda mantém um procedimento de avaliação criteriosa do saldo de contencioso passivo, inclusive com a contratação de assessores jurídicos e financeiros externos, complementarmente à atuação de nossa equipe própria.

Dada a relevância do contencioso passivo atualmente registrado pela Companhia, não apenas os valores em discussão judicial são revisados constantemente, como também os próprios prognósticos de perda aplicáveis às ações existentes. Adicionalmente, em uma busca perene por otimizar a gestão e reduzir a contingência judicial passiva, a Companhia também continua qualificando, de forma criteriosa, determinadas ações como “estratégicas”, submetendo-as a um monitoramento próprio e à condução por escritórios externos de alto nível técnico e reputação. Tratamento não menos importante é dado ao restante da carteira contenciosa.

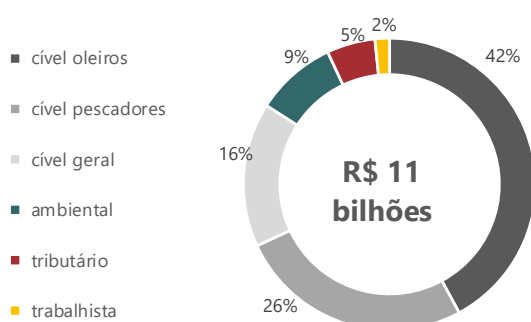
A Companhia esclarece, reiteradamente, que o valor do contencioso passivo é objeto de variações constantes, justamente porque sua mensuração é atrelada ao próprio andamento das ações judiciais. Desse modo, como política institucional, a Companhia busca refletir em seu balanço, com o mínimo de defasagem possível, o status atual de sua carteira passiva (o que justifica as oscilações trimestrais dos valores divulgados a tal título).

Em relação às contingências decorrentes de ações cuja probabilidade de perda é estimada como remota, conforme já informado em trimestres anteriores, a Companhia ainda opta por manter a prática historicamente adotada na elaboração de suas Demonstrações Financeiras, divulgando o valor total correspondente a esse tipo de contingência. Entretanto, apesar de entender ser adequada nesse momento a divulgação de tais valores, a Companhia também reitera que, dentre as diversas ações avaliadas como sendo de risco remoto, há demandas explicitamente incabíveis, cujo valor de causa não representa, em hipótese alguma, o valor financeiro efetivamente em discussão e que seria devido no caso de eventual condenação definitiva desfavorável.

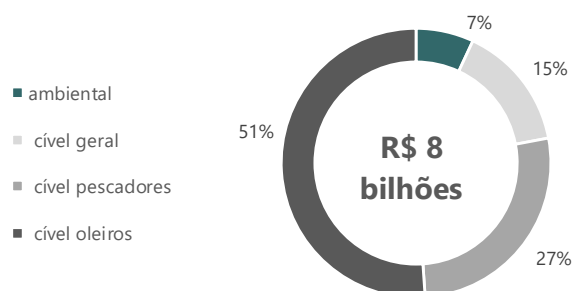
Por fim, sem prejuízo dos esforços constantes visando à redução do seu contencioso passivo, a Companhia ressalva, de forma transparente, que a performance desse processo pode ser prejudicada por novas demandas eventualmente recebidas, ou mesmo por ajustes na valoração das ações que já compõem a sua carteira. Nesse contexto, a estratégia de redução do passivo judicial continua abrangendo, além da atuação técnico-processual, uma atuação de caráter preventivo, de modo a ser reduzido, também, o volume de novas ações que são propostas contra a Companhia.

Atualmente, o grupo de ações estratégicas abrange cerca de 45 processos, o que representa, aproximadamente, ~73% do contencioso judicial passivo da Companhia, conforme detalhado abaixo:

### Perfil do Contencioso Passivo



45 casos representam ~73% do contencioso passivo total

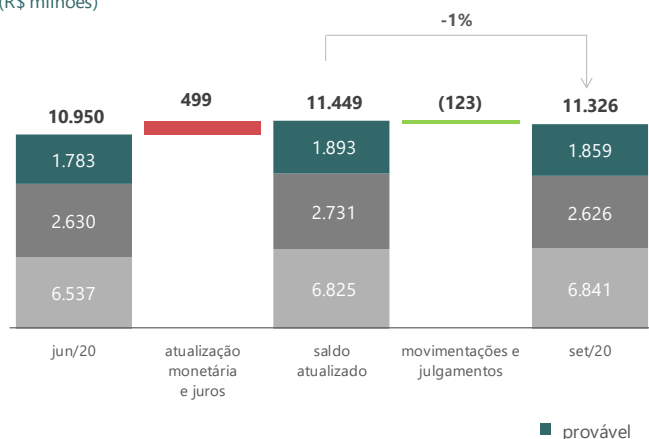


No 3T20, além dos avanços nas negociações dos casos estratégicos, nos dedicamos também na redução dos demais processos e obtivemos decisões judiciais favoráveis à CESP em ações de natureza cível/desapropriação, tributária, ambiental e trabalhista, o que, combinado a todas as movimentações do período, permitiu uma redução de sua contingência total, antes da atualização monetária, de R\$123 milhões, em relação ao saldo de junho de 2020, sendo R\$34 milhões de redução abrangendo processos com prognóstico de perda provável.

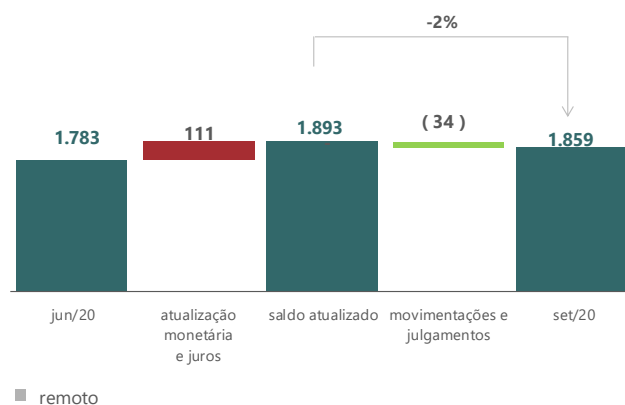
A movimentação do contencioso passivo total no 3T20 é explicada, principalmente, pela combinação: (i) da correção do saldo da provisão do contencioso, por IGPM, (ii) decisões judiciais favoráveis à CESP em ações de natureza cível/desapropriação, tributária, ambiental e trabalhista; (ii) revisão do valor atribuído aos casos decorrente de movimentações atreladas ao próprio andamento das ações judiciais ocorridas no período; e (iii) novos processos recebidos pela Companhia.

Mais detalhes sobre os principais processos estão disponíveis no item 4.3 do Formulário de Referência da CESP.

### Ações Judiciais Passivas – Variação no 3T20 (R\$ milhões)



### Variação do Provável no 3T20 (R\$ milhões)



Adicionalmente, a CESP continua atenta a oportunidades de acordos e negociações que se mostrem atrativas e viáveis, buscando a redução do passivo contencioso e sempre de acordo com critérios técnicos e disciplina financeira.

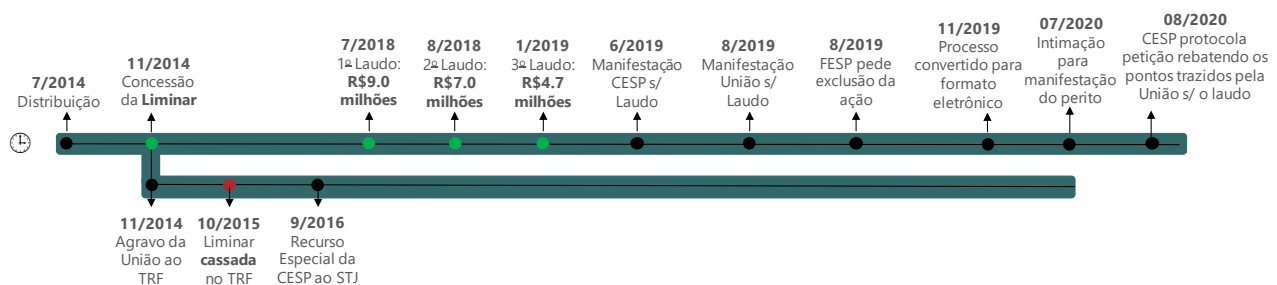
### Processo Três Irmãos

O processo de indenização de Três Irmãos (processo nº 45939-32.2014.4.01.3400) está, em 1ª instância, em fase de instrução probatória, com discussões a respeito do último laudo do perito judicial, que avaliou os ativos reversíveis em R\$4,7 bi (a valores históricos de junho de 2012). O valor avaliado é composto de: Usina: R\$1,9 bi; Eclusas e Canal: R\$1,0 bi; Terrenos: R\$1,8 bi.

Após manifestações da União e da CESP a respeito do laudo pericial, em 10 de julho de 2020 foi proferido despacho que determinou a manifestação do perito, em 15 dias úteis (após a correção do processo de digitalização), sobre os questionamentos apresentados pela União em relação ao laudo. Com isso, em agosto de 2020, a CESP protocolou uma petição com o intuito de rebater os questionamentos no laudo feitos pela União.

Em paralelo à tramitação do caso em 1ª instância, há recurso pendente de julgamento (Recurso Especial nº 1.643.760/SP) no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), interposto pela CESP em dezembro de 2016 visando ao pagamento imediato, pela União, do valor incontroverso de R\$1,7 bi (valor na data-base de junho de 2012). Atualmente, aguarda-se pela inclusão do recurso em pauta de julgamento.

Abaixo, segue a *timeline* do caso, com histórico a respeito das últimas movimentações relevantes do caso:



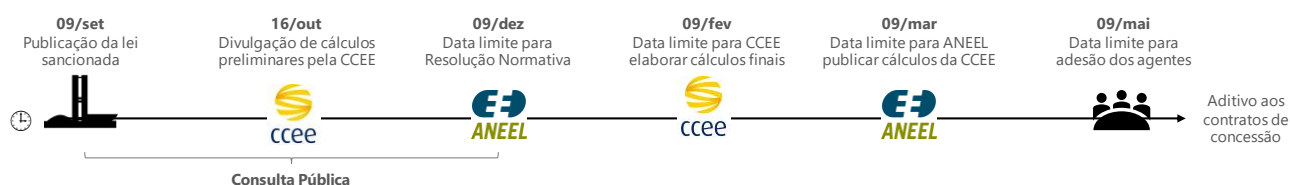
## ATUALIZAÇÕES GSF

A ANEEL divulgou, em 16.10.2020, no âmbito da consulta pública para regulamentação das novas condições para repactuação do risco hidrológico, o resultado dos cálculos preliminares dos prazos de extensão de outorga para as usinas hidrelétricas participantes do MRE, considerando o período total de 102 meses (de março/12 até agosto/20). O período total final pode incluir mais um ou dois meses, já que considera a última contabilização finalizada pela CCEE (no momento de elaboração dos cálculos preliminares, era agosto/20).

Com base nesse cálculo preliminar, a extensão de outorga para a UHE Porto Primavera seria superior ao limite legal de 7 anos, ficando então limitada a esse período. Para a UHE Paraibuna, a extensão seria de 269 dias (~9 meses).

A confirmação do tempo de extensão de outorga depende da conclusão do processo de consulta pública em curso na ANEEL, com a publicação da resolução normativa, que possibilitará à CCEE efetuar os cálculos finais (com base nas premissas definitivas), bem como da manifestação formal de adesão à repactuação proposta, necessária para configurar a efetiva aceitação aos termos de compensação e embasar a emissão da resolução autorizativa pela ANEEL, garantindo o direito à extensão, que será formalizado meio da assinatura de aditivo aos contratos de concessão.

**Cronograma divulgado pela CCEE:**



A Companhia não é parte de ação judicial sobre o tema, não tendo quaisquer valores devidos, relacionados a risco hidrológico, com exigibilidade suspensa no âmbito da liquidação financeira da CCEE, sendo que a opção por repactuação não depende de desembolso de caixa ou de qualquer pagamento de prêmio.

## AGENDA DE SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA

A CESP está dando início à sua agenda de sustentabilidade corporativa, de forma a contribuir para a estratégia do negócio e à geração de valor compartilhado.

Como parte desse processo, a Companhia contratou duas consultorias especializadas para auxiliar no projeto que teve início em setembro, com o término previsto para o final de dezembro de 2020.

Os principais objetivos desse projeto são: (i) integrar determinados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU à estratégia da CESP, tornando-a ainda mais competitiva e preparada para o futuro e, (ii) identificar temas estratégicos para a CESP, desdobrando em planos, posicionamentos e diretrizes de sustentabilidade, utilizados como referência para a definição de indicadores e metas ESG (*Environment, Social and Governance*).

Em complemento a essa agenda, a CESP obteve a certificação para emissão de *International Renewable Energy Certificates* (I-RECs) atestando a origem de energia renovável e garantindo a rastreabilidade do atributo ambiental da energia. No 3T20, a Companhia já iniciou a venda dos I-RECs.

## MERCADO DE CAPITAIS

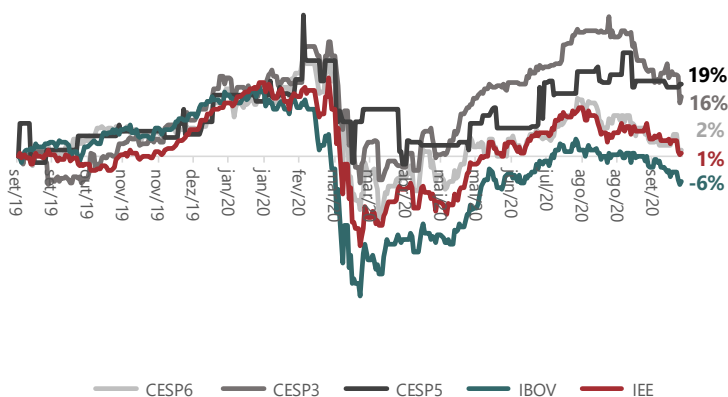
A CESP possui ações ordinárias ("CESP3") e ações preferenciais classes A e B ("CESP5 e CESP6", respectivamente) listadas e negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3") e integra o Nível 1 de Governança Corporativa, valorizando a ética e transparência no relacionamento com acionistas e demais *stakeholders* da Companhia. As ações da Companhia integram diversos índices, entre eles o Índice de Governança Corporativa, em que estão listadas as empresas com padrões diferenciados de governança corporativa e o Índice Brasil 100, que reúne as ações mais negociadas na B3.

Em 30 de setembro de 2020 as ações preferenciais classe B (CESP6), que representam 64,4% do capital total da Companhia, estavam cotadas em R\$28,25. Desde o início deste ano, há um crescimento significativo da liquidez diárias das ações CESP6 apresentaram uma liquidez média diária de R\$64 milhões no 3T20 (vs. R\$32 milhões negociados no 3T19).

As ações ordinárias (CESP3), que representam 33,3% do capital, estavam cotadas em R\$31,02. ações preferenciais classe A (CESP5), que representam 2,3% do capital, estavam cotadas em R\$32,75, no mesmo 30 de setembro de 2020.

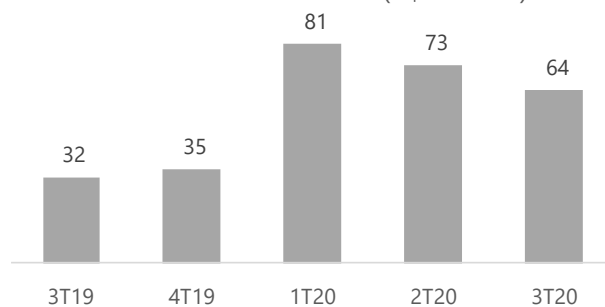
O valor de mercado da CESP, em 30 de setembro de 2020, era de R\$9,6 bilhões comparado a R\$9 bilhões em 30 de setembro de 2019.

### Desempenho da Ação



### Evolução da Liquidez

Volume Financeiro Médio (R\$ milhões)



## ANEXOS – (R\$ mil)

### Demonstração dos Resultados

R\$ mil

### CONTROLADORA

|                                                             | 3T20             | 3T19             | Var. (%)    | 9M20             | 9M19             | Var. (%)    |
|-------------------------------------------------------------|------------------|------------------|-------------|------------------|------------------|-------------|
| <b>Receita operacional bruta</b>                            | <b>356.528</b>   | <b>476.148</b>   | <b>-25%</b> | <b>1.243.194</b> | <b>1.333.413</b> | <b>-7%</b>  |
| Consumidores Livres - Industrial                            | 95.194           | 216.021          | -56%        | 293.314          | 571.875          | -49%        |
| Agentes Comercializadores                                   | 147.152          | 129.988          | 13%         | 584.661          | 344.752          | 70%         |
| Operações de trading                                        | -                | -                | n.m.        | -                | -                | n.m.        |
| Leilões de Energia - Distribuidores                         | 121.596          | 119.047          | 2%          | 368.935          | 355.385          | 4%          |
| Energia de curto prazo                                      | 16.134           | 10.438           | 55%         | 38.145           | 59.468           | -36%        |
| Instrumentos financeiros derivativos                        | (27.343)         | (94)             | n.m.        | (48.233)         | (94)             | n.m.        |
| Suprimento em regime de quotas de Jaguari                   | 3.090            | -                | n.m.        | 4.324            | -                | n.m.        |
| Outras receitas                                             | 705              | 748              | -6%         | 2.048            | 2.027            | 1%          |
| <b>Deduções à receita operacional</b>                       | <b>(48.710)</b>  | <b>(61.682)</b>  | <b>-21%</b> | <b>(168.125)</b> | <b>(194.952)</b> | <b>-14%</b> |
| Quota para RGR                                              | (223)            | (843)            | -74%        | (1.910)          | (25.460)         | -92%        |
| Pesquisa e desenvolvimento - P&D                            | (2.349)          | (4.164)          | -44%        | (10.293)         | (11.393)         | -10%        |
| Imposto sobre serviços - ISS                                | (21)             | (32)             | -34%        | (65)             | (101)            | -36%        |
| COFINS sobre receitas operacionais                          | (29.512)         | (35.583)         | -17%        | (96.951)         | (97.986)         | -1%         |
| PIS sobre receitas operacionais                             | (6.407)          | (7.726)          | -17%        | (21.048)         | (21.273)         | -1%         |
| Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos | (9.294)          | (12.119)         | -23%        | (34.515)         | (35.956)         | -4%         |
| Taxa de fiscalização do setor elétrico - TFSE               | (904)            | (1.215)          | -26%        | (3.343)          | (2.783)          | 20%         |
| <b>Receita operacional líquida</b>                          | <b>312.308</b>   | <b>414.466</b>   | <b>-25%</b> | <b>1.075.069</b> | <b>1.138.461</b> | <b>-6%</b>  |
| <b>Custo do serviço de energia elétrica</b>                 | <b>(168.602)</b> | <b>(258.322)</b> | <b>-35%</b> | <b>(529.517)</b> | <b>(819.951)</b> | <b>-35%</b> |
| <b>Lucro operacional bruto</b>                              | <b>143.706</b>   | <b>156.144</b>   | <b>-8%</b>  | <b>545.552</b>   | <b>318.510</b>   | <b>71%</b>  |
| <b>Despesas operacionais</b>                                | <b>(12.901)</b>  | <b>(29.028)</b>  | <b>-56%</b> | <b>37.784</b>    | <b>(194.380)</b> | <b>n.m.</b> |
| Gerais e administrativas                                    | (24.675)         | (43.097)         | -43%        | (66.662)         | (221.343)        | -70%        |
| Outras receitas operacionais, líquidas                      | 11.774           | 14.069           | -16%        | 104.446          | 26.963           | n.m.        |
| Equivalência Patrimonial                                    | 2.005            | -                | n.m.        | 38.333           | -                | n.m.        |
| <b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>      | <b>132.810</b>   | <b>127.116</b>   | <b>4%</b>   | <b>621.669</b>   | <b>124.130</b>   | <b>n.m.</b> |
| Receitas financeiras                                        | 6.212            | 9.085            | -32%        | 23.783           | 63.173           | -62%        |
| Despesas financeiras                                        | (188.212)        | (138.940)        | 35%         | (410.144)        | (347.604)        | 18%         |
| Variação cambial líquida                                    | -                | (6.068)          | n.m.        | -                | (3.128)          | n.m.        |
| <b>Resultado financeiro</b>                                 | <b>(182.000)</b> | <b>(135.923)</b> | <b>34%</b>  | <b>(386.361)</b> | <b>(287.559)</b> | <b>34%</b>  |
| <b>Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL</b>                  | <b>(49.190)</b>  | <b>(8.807)</b>   | <b>n.m.</b> | <b>235.308</b>   | <b>(163.429)</b> | <b>n.m.</b> |
| IR e CSLL - corrente                                        | (17.182)         | -                | n.m.        | (71.182)         | -                | n.m.        |
| IR e CSLL - diferido                                        | 7.847            | 951              | n.m.        | (31.040)         | (6.672)          | n.m.        |
| <b>IR e CSLL líquidos</b>                                   | <b>(9.335)</b>   | <b>951</b>       | <b>n.m.</b> | <b>(102.222)</b> | <b>(6.672)</b>   | <b>n.m.</b> |
| <b>Lucro (prejuízo) líquido</b>                             | <b>(58.525)</b>  | <b>(7.856)</b>   | <b>n.m.</b> | <b>133.086</b>   | <b>(170.101)</b> | <b>n.m.</b> |

**Demonstração dos Resultados**
**CONSOLIDADO**

R\$ mil

|                                                             | 3T20             | 3T19             | Var. (%)    | 9M20             | 9M19             | Var. (%)    |
|-------------------------------------------------------------|------------------|------------------|-------------|------------------|------------------|-------------|
| <b>Receita operacional bruta</b>                            | <b>536.256</b>   | <b>476.148</b>   | <b>13%</b>  | <b>1.622.023</b> | <b>1.333.413</b> | <b>22%</b>  |
| Consumidores Livres - Industrial                            | 197.185          | 216.021          | -9%         | 610.213          | 571.875          | 7%          |
| Agentes Comercializadores                                   | 210.665          | 129.988          | 62%         | 609.115          | 344.752          | 77%         |
| Operações de trading                                        | 28.191           | -                | n.m.        | 68.801           | -                | n.m.        |
| Leilões de Energia - Distribuidores                         | 121.596          | 119.047          | 2%          | 368.935          | 355.385          | 4%          |
| Energia de curto prazo                                      | 16.134           | 10.438           | 55%         | 38.145           | 59.468           | -36%        |
| Instrumentos financeiros derivativos                        | (41.310)         | (94)             | n.m.        | (79.558)         | (94)             | n.m.        |
| Suprimento em regime de quotas de Jaguari                   | 3.090            | -                | n.m.        | 4.324            | -                | n.m.        |
| Outras receitas                                             | 705              | 748              | -6%         | 2.048            | 2.027            | 1%          |
| <b>Deduções à receita operacional</b>                       | <b>(65.729)</b>  | <b>(61.682)</b>  | <b>7%</b>   | <b>(205.424)</b> | <b>(194.952)</b> | <b>5%</b>   |
| Quota para RGR                                              | (223)            | (843)            | -74%        | (1.910)          | (25.460)         | -92%        |
| Pesquisa e desenvolvimento - P&D                            | (2.349)          | (4.164)          | -44%        | (10.293)         | (11.393)         | -10%        |
| Imposto sobre serviços - ISS                                | (21)             | (32)             | -34%        | (65)             | (101)            | -36%        |
| COFINS sobre receitas operacionais                          | (43.495)         | (35.583)         | 22%         | (127.596)        | (97.986)         | 30%         |
| PIS sobre receitas operacionais                             | (9.443)          | (7.726)          | 22%         | (27.702)         | (21.273)         | 30%         |
| Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos | (9.294)          | (12.119)         | -23%        | (34.515)         | (35.956)         | -4%         |
| Taxa de fiscalização do setor elétrico - TFSE               | (904)            | (1.215)          | -26%        | (3.343)          | (2.783)          | 20%         |
| <b>Receita operacional líquida</b>                          | <b>470.527</b>   | <b>414.466</b>   | <b>14%</b>  | <b>1.416.599</b> | <b>1.138.461</b> | <b>24%</b>  |
| <b>Custo do serviço de energia elétrica</b>                 | <b>(312.967)</b> | <b>(258.322)</b> | <b>21%</b>  | <b>(820.358)</b> | <b>(819.951)</b> | <b>0%</b>   |
| <b>Lucro operacional bruto</b>                              | <b>157.560</b>   | <b>156.144</b>   | <b>1%</b>   | <b>596.241</b>   | <b>318.510</b>   | <b>87%</b>  |
| <b>Despesas operacionais</b>                                | <b>(24.056)</b>  | <b>(29.028)</b>  | <b>-17%</b> | <b>43.984</b>    | <b>(194.380)</b> | <b>n.m.</b> |
| Gerais e administrativas                                    | (27.420)         | (43.097)         | -36%        | (74.284)         | (221.343)        | -66%        |
| Outras receitas operacionais, líquidas                      | 3.364            | 14.069           | -76%        | 118.268          | 26.963           | n.m.        |
| Equivalência Patrimonial                                    | -                | -                | n.m.        | -                | -                | n.m.        |
| <b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>      | <b>133.504</b>   | <b>127.116</b>   | <b>5%</b>   | <b>640.225</b>   | <b>124.130</b>   | <b>n.m.</b> |
| Receitas financeiras                                        | 6.550            | 9.085            | -28%        | 25.004           | 63.173           | -60%        |
| Despesas financeiras                                        | (188.223)        | (138.940)        | 35%         | (410.213)        | (347.604)        | 18%         |
| Variação cambial líquida                                    | -                | (6.068)          | n.m.        | -                | (3.128)          | n.m.        |
| <b>Resultado financeiro</b>                                 | <b>(181.673)</b> | <b>(135.923)</b> | <b>34%</b>  | <b>(385.209)</b> | <b>(287.559)</b> | <b>34%</b>  |
| <b>Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL</b>                  | <b>(48.169)</b>  | <b>(8.807)</b>   | <b>n.m.</b> | <b>255.016</b>   | <b>(163.429)</b> | <b>n.m.</b> |
| IR e CSLL - corrente                                        | (21.273)         | -                | n.m.        | (88.205)         | -                | n.m.        |
| IR e CSLL - diferido                                        | 10.917           | 951              | n.m.        | (33.725)         | (6.672)          | n.m.        |
| <b>IR e CSLL líquidos</b>                                   | <b>(10.356)</b>  | <b>951</b>       | <b>n.m.</b> | <b>(121.930)</b> | <b>(6.672)</b>   | <b>n.m.</b> |
| <b>Lucro (prejuízo) líquido</b>                             | <b>(58.525)</b>  | <b>(7.856)</b>   | <b>n.m.</b> | <b>133.086</b>   | <b>(170.101)</b> | <b>n.m.</b> |

| Ativo                                       | CONTROLADORA      |                   | CONSOLIDADO       |                   |
|---------------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|                                             | 30/09/2020        | 31/12/2019        | 30/09/2020        | 31/12/2019        |
| <b>Circulante</b>                           | <b>1.080.025</b>  | <b>1.020.620</b>  | <b>1.242.959</b>  | <b>1.071.788</b>  |
| Caixa e equivalentes de caixa               | 794.354           | 690.276           | 872.593           | 741.444           |
| Instrumentos financeiros derivativos        | -                 | 18.718            | -                 | 18.718            |
| Contas a receber                            | 169.605           | 198.930           | 237.493           | 198.930           |
| Tributos a recuperar                        | 18.180            | 8.357             | 24.369            | 8.357             |
| Contratos futuros de energia                | -                 | -                 | 11.085            | -                 |
| Despesas antecipadas                        | 3.134             | 11.186            | 3.134             | 11.186            |
| Outros ativos                               | 94.752            | 93.153            | 94.285            | 93.153            |
| <b>Não circulante</b>                       | <b>11.536.810</b> | <b>11.909.068</b> | <b>11.518.960</b> | <b>11.857.966</b> |
| Instrumentos financeiros derivativos        | -                 | -                 | -                 | 21.225            |
| Contratos futuros de energia                | -                 | 21.225            | 2.751             | -                 |
| Cauções e depósitos judiciais               | 268.739           | 343.979           | 268.739           | 343.979           |
| IR e CSLL líquidos diferidos                | 1.898.907         | 1.877.412         | 1.920.530         | 1.877.412         |
| Almoxarifado                                | 6.041             | 7.611             | 6.041             | 7.611             |
| Ativo sujeito à indenização                 | 1.719.390         | 1.719.390         | 1.719.390         | 1.719.390         |
| Investimentos                               | 42.224            | 51.102            | -                 | -                 |
| Intangível                                  | 1.535.257         | 1.575.300         | 1.535.257         | 1.575.300         |
| Imobilizado                                 | 6.059.584         | 6.305.943         | 6.059.584         | 6.305.943         |
| Direito de uso s/ contratos de arrendamento | 6.668             | 7.106             | 6.668             | 7.106             |
| <b>Total do ativo</b>                       | <b>12.616.835</b> | <b>12.929.688</b> | <b>12.761.919</b> | <b>12.929.754</b> |

| Passivo e Patrimônio Líquido                 | CONTROLADORA      |                   | CONSOLIDADO       |                   |
|----------------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|                                              | 30/09/2020        | 31/12/2019        | 30/09/2020        | 31/12/2019        |
| <b>Circulante</b>                            | <b>604.758</b>    | <b>956.792</b>    | <b>733.938</b>    | <b>956.858</b>    |
| Fornecedores                                 | 6.141             | 8.824             | 6.188             | 8.849             |
| Energia comprada para revenda                | 9.105             | 35.755            | 62.833            | 35.755            |
| Empréstimos e financiamentos                 | 4.459             | 3.002             | 4.459             | 3.002             |
| Arrendamento mercantil                       | 1.700             | 1.584             | 1.700             | 1.584             |
| Instrumentos financeiros derivativos         | 86.323            | -                 | 147.330           | -                 |
| Obrigações estimadas e folha de pagamento    | 19.765            | 21.497            | 20.539            | 21.497            |
| Tributos a recolher                          | 54.944            | 23.494            | 68.565            | 23.535            |
| Encargos setoriais                           | 114.512           | 115.673           | 114.512           | 115.673           |
| Dividendos a pagar e JCP                     | 196.532           | 606.176           | 196.532           | 606.176           |
| UBP - Uso do bem público                     | 46.003            | 29.275            | 46.003            | 29.275            |
| Obrigações socioambientais                   | 35.343            | 23.474            | 35.343            | 23.474            |
| Outros passivos                              | 29.931            | 88.038            | 29.934            | 88.038            |
| <b>Não circulante</b>                        | <b>4.883.254</b>  | <b>4.827.991</b>  | <b>4.899.158</b>  | <b>4.827.991</b>  |
| Empréstimos e financiamentos                 | 1.758.277         | 1.781.123         | 1.758.277         | 1.781.123         |
| Arrendamento mercantil                       | 5.105             | 5.624             | 5.105             | 5.624             |
| Encargos setoriais                           | 12.014            | 12.014            | 12.014            | 12.014            |
| UBP - Uso do bem público                     | 131.783           | 158.355           | 131.783           | 158.355           |
| Instrumentos financeiros derivativos         | 39.281            | -                 | 55.185            | -                 |
| Provisão para litígios                       | 1.859.083         | 1.814.375         | 1.859.083         | 1.814.375         |
| Obrigações socioambientais                   | 152.314           | 164.536           | 152.314           | 164.536           |
| Entidade de previdência a empregados         | 880.997           | 836.995           | 880.997           | 836.995           |
| Outros passivos                              | 44.400            | 54.969            | 44.400            | 54.969            |
| <b>Patrimônio líquido</b>                    | <b>7.128.823</b>  | <b>7.144.905</b>  | <b>7.128.823</b>  | <b>7.144.905</b>  |
| Capital social                               | 5.975.433         | 5.975.433         | 5.975.433         | 5.975.433         |
| Reservas de capital                          | 1.929.098         | 1.929.098         | 1.929.098         | 1.929.098         |
| Reservas de lucros                           | 1.084.883         | 1.084.883         | 1.084.883         | 1.084.883         |
| Ajustes de avaliação patrimonial             | (917.819)         | (948.623)         | (917.819)         | (948.623)         |
| Outros resultados abrangentes                | (1.045.054)       | (895.886)         | (1.045.054)       | (895.886)         |
| Lucros acumulados                            | 102.282           | -                 | 102.282           | -                 |
| <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b> | <b>12.616.835</b> | <b>12.929.688</b> | <b>12.761.919</b> | <b>12.929.754</b> |

**CONTROLADORA**

| NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS                                        | 3T20             |                 |                  | 3T19             |                 |                  |             |
|-----------------------------------------------------------------------|------------------|-----------------|------------------|------------------|-----------------|------------------|-------------|
|                                                                       | Custos           | Despesas        | Total            | Custos           | Despesas        | Total            | Var. (%)    |
| Energia comprada                                                      | (24.053)         | -               | (24.053)         | (119.914)        | -               | (119.914)        | -80%        |
| Encargos setoriais                                                    | (39.461)         | -               | (39.461)         | (34.345)         | -               | (34.345)         | 15%         |
| Recuperação de tributos                                               | -                | 12.268          | 12.268           | -                | -               | -                | n.m.        |
| Pessoal                                                               | (5.947)          | (10.311)        | (16.258)         | (4.696)          | (20.401)        | (25.097)         | -35%        |
| PDV - Programa de demissão voluntária                                 | (715)            | (5.246)         | (5.961)          | (1.067)          | (4.888)         | (5.955)          | 0%          |
| Administradores                                                       | -                | (1.251)         | (1.251)          | -                | (364)           | (364)            | n.m.        |
| Benefícios pós-emprego                                                | -                | 122             | 122              | -                | (3.364)         | (3.364)          | n.m.        |
| Materiais                                                             | (111)            | (112)           | (223)            | (583)            | (948)           | (1.531)          | -85%        |
| Serviços de terceiros                                                 | (1.449)          | (4.585)         | (6.034)          | (3.390)          | (5.826)         | (9.216)          | -35%        |
| Seguros                                                               | -                | (723)           | (723)            | -                | (894)           | (894)            | -19%        |
| Depreciação/Amortização                                               | (93.383)         | (1.933)         | (95.316)         | (94.458)         | (1.831)         | (96.289)         | -1%         |
| Aluguéis                                                              | (108)            | (148)           | (256)            | (18)             | (80)            | (98)             | 161%        |
| Provisão (reversão) para redução ao valor realizável de almoxarifados | -                | -               | -                | -                | 339             | 339              | n.m.        |
| Reversão (provisão) para litígios                                     | -                | 22.052          | 22.052           | -                | (5.259)         | (5.259)          | n.m.        |
| Baixa de depósitos judiciais                                          | -                | (23.163)        | (23.163)         | -                | -               | -                | n.m.        |
| Reversão (provisão) PIS/COFINS depósitos judiciais                    | -                | 164             | 164              | -                | 91              | 91               | 80%         |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa                         | -                | -               | -                | -                | -               | -                | n.m.        |
| Reversão da diferença de quotas RGR 2018 e 2017                       | -                | -               | -                | -                | 23.152          | 23.152           | n.m.        |
| Outros encargos - ONS / CCEE                                          | -                | -               | -                | -                | (1.316)         | (1.316)          | n.m.        |
| Outras (despesas) ou receitas                                         | (3.375)          | (35)            | (3.410)          | 149              | (7.439)         | (7.290)          | -53%        |
| <b>Total</b>                                                          | <b>(168.602)</b> | <b>(12.901)</b> | <b>(181.503)</b> | <b>(258.322)</b> | <b>(29.028)</b> | <b>(287.350)</b> | <b>-37%</b> |

| NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS                                        | 9M20             |               |                  | 9M19             |                  |                    |             |
|-----------------------------------------------------------------------|------------------|---------------|------------------|------------------|------------------|--------------------|-------------|
|                                                                       | Custos           | Despesas      | Total            | Custos           | Despesas         | Total              | Var. (%)    |
| Energia comprada                                                      | (97.046)         | -             | (97.046)         | (419.012)        | -                | (419.012)          | -77%        |
| Encargos setoriais                                                    | (108.819)        | -             | (108.819)        | (91.702)         | -                | (91.702)           | 19%         |
| Recuperação de tributos                                               | -                | 12.268        | 12.268           | -                | -                | -                  | n.m.        |
| Pessoal                                                               | (18.949)         | (29.166)      | (48.115)         | (15.756)         | (70.492)         | (86.248)           | -44%        |
| PDV - Programa de demissão voluntária                                 | (715)            | (5.246)       | (5.961)          | (9.883)          | (100.863)        | (110.746)          | -95%        |
| Administradores                                                       | -                | (3.721)       | (3.721)          | -                | (1.168)          | (1.168)            | n.m.        |
| Benefícios pós-emprego                                                | -                | 366           | 366              | -                | (10.116)         | (10.116)           | n.m.        |
| Materiais                                                             | (613)            | (244)         | (857)            | (2.321)          | (1.380)          | (3.701)            | -77%        |
| Serviços de terceiros                                                 | (4.972)          | (14.123)      | (19.095)         | (11.807)         | (22.926)         | (34.733)           | -45%        |
| Seguros                                                               | -                | (4.892)       | (4.892)          | -                | (1.584)          | (1.584)            | n.m.        |
| Depreciação/Amortização                                               | (289.598)        | (5.881)       | (295.479)        | (261.829)        | (5.591)          | (267.420)          | 10%         |
| Aluguéis                                                              | (400)            | (937)         | (1.337)          | (18)             | (1.541)          | (1.559)            | -14%        |
| Provisão (reversão) para redução ao valor realizável de almoxarifados | -                | 66            | 66               | -                | 7.789            | 7.789              | -99%        |
| Reversão (provisão) para litígios                                     | -                | 129.240       | 129.240          | -                | 7.488            | 7.488              | n.m.        |
| Baixa de depósitos judiciais                                          | -                | (46.806)      | (46.806)         | -                | -                | -                  | n.m.        |
| Reversão (provisão) PIS/COFINS depósitos judiciais                    | -                | 464           | 464              | -                | (122)            | (122)              | n.m.        |
| Reversão da diferença de quotas RGR 2018 e 2017                       | -                | -             | -                | -                | 23.152           | 23.152             | n.m.        |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa                         | -                | -             | -                | -                | (364)            | (364)              | n.m.        |
| Outros encargos - ONS / CCEE                                          | -                | -             | -                | -                | (1.784)          | (1.784)            | n.m.        |
| Outras (despesas) ou receitas                                         | (8.405)          | 6.396         | (2.009)          | (7.623)          | (14.878)         | (22.501)           | -91%        |
| <b>Total</b>                                                          | <b>(529.517)</b> | <b>37.784</b> | <b>(491.733)</b> | <b>(819.951)</b> | <b>(194.380)</b> | <b>(1.014.331)</b> | <b>-52%</b> |

**CONSOLIDADO**

| NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS                                        | 3T20             |                 |                  | 3T19             |                 |                  | Var. (%)   |
|-----------------------------------------------------------------------|------------------|-----------------|------------------|------------------|-----------------|------------------|------------|
|                                                                       | Custos           | Despesas        | Total            | Custos           | Despesas        | Total            |            |
| Energia comprada                                                      | (168.418)        | -               | (168.418)        | (119.914)        | -               | (119.914)        | 40%        |
| Encargos setoriais                                                    | (39.461)         | -               | (39.461)         | (34.345)         | -               | (34.345)         | 15%        |
| Recuperação de tributos                                               | -                | 12.268          | 12.268           | -                | -               | -                | n.m.       |
| Pessoal                                                               | (5.947)          | (12.555)        | (18.502)         | (4.696)          | (20.401)        | (25.097)         | -26%       |
| PDV - Programa de demissão voluntária                                 | (715)            | (5.246)         | (5.961)          | (1.067)          | (4.888)         | (5.955)          | 0%         |
| Administradores                                                       | -                | (1.251)         | (1.251)          | -                | (364)           | (364)            | n.m.       |
| Benefícios pós-emprego                                                | -                | 122             | 122              | -                | (3.364)         | (3.364)          | n.m.       |
| Materiais                                                             | (111)            | (116)           | (227)            | (583)            | (948)           | (1.531)          | -85%       |
| Serviços de terceiros                                                 | (1.449)          | (4.865)         | (6.314)          | (3.390)          | (5.826)         | (9.216)          | -31%       |
| Seguros                                                               | -                | (723)           | (723)            | -                | (894)           | (894)            | -19%       |
| Depreciação/Amortização                                               | (93.383)         | (1.993)         | (95.376)         | (94.458)         | (1.831)         | (96.289)         | -1%        |
| Aluguéis                                                              | (108)            | (175)           | (283)            | (18)             | (80)            | (98)             | 189%       |
| Provisão (reversão) para redução ao valor realizável de almoxarifados | -                | 12              | 12               | -                | 339             | 339              | n.m.       |
| Reversão (provisão) para litígios                                     | -                | 22.052          | 22.052           | -                | (5.259)         | (5.259)          | n.m.       |
| Baixa de depósitos judiciais                                          | -                | (23.163)        | (23.163)         | -                | -               | -                | n.m.       |
| Contratos futuros de energia                                          | -                | (8.405)         | (8.405)          | -                | -               | -                | n.m.       |
| Reversão (provisão) PIS/COFINS depósitos judiciais                    | -                | 164             | 164              | -                | 91              | 91               | 80%        |
| Reversão da diferença de quotas RGR 2018 e 2017                       | -                | -               | -                | -                | 23.152          | 23.152           | n.m.       |
| Outros encargos - ONS / CCEE                                          | -                | -               | -                | -                | (1.316)         | (1.316)          | n.m.       |
| Outras (despesas) ou receitas                                         | (3.375)          | (170)           | (3.545)          | 149              | (7.439)         | (7.290)          | -51%       |
| <b>Total</b>                                                          | <b>(312.967)</b> | <b>(24.056)</b> | <b>(337.023)</b> | <b>(258.322)</b> | <b>(29.028)</b> | <b>(287.350)</b> | <b>17%</b> |

| NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS                                        | 9M20      |          |           | 9M19      |           |           | Var. (%) |
|-----------------------------------------------------------------------|-----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|
|                                                                       | Custos    | Despesas | Total     | Custos    | Despesas  | Total     |          |
| Energia comprada                                                      | (387.887) | -        | (387.887) | (419.012) | -         | (419.012) | -7%      |
| Encargos setoriais                                                    | (108.819) | -        | (108.819) | (91.702)  | -         | (91.702)  | 19%      |
| Recuperação de tributos                                               | -         | 12.268   | 12.268    | -         | -         | -         | n.m.     |
| Pessoal                                                               | (18.949)  | (34.871) | (53.820)  | (15.756)  | (70.492)  | (86.248)  | -38%     |
| PDV                                                                   | (715)     | (5.246)  | (5.961)   | (9.883)   | (100.863) | (110.746) | -95%     |
| Administradores                                                       | -         | (3.721)  | (3.721)   | -         | (1.168)   | (1.168)   | n.m.     |
| Benefícios pós-emprego                                                | -         | 366      | 366       | -         | (10.116)  | (10.116)  | n.m.     |
| Materiais                                                             | (613)     | (626)    | (1.239)   | (2.321)   | (1.380)   | (3.701)   | -67%     |
| Serviços de terceiros                                                 | (4.972)   | (14.929) | (19.901)  | (11.807)  | (22.926)  | (34.733)  | -43%     |
| Seguros                                                               | -         | (4.892)  | (4.892)   | -         | (1.584)   | (1.584)   | n.m.     |
| Depreciação/Amortização                                               | (289.598) | (6.049)  | (295.647) | (261.829) | (5.591)   | (267.420) | 11%      |
| Aluguéis                                                              | (400)     | (964)    | (1.364)   | (18)      | (1.541)   | (1.559)   | -13%     |
| Provisão (reversão) para redução ao valor realizável de almoxarifados | -         | 54       | 54        | -         | 7.789     | 7.789     | -99%     |
| Reversão (provisão) para litígios                                     | -         | 129.240  | 129.240   | -         | 7.488     | 7.488     | n.m.     |
| Baixa de depósitos judiciais                                          | -         | (46.806) | (46.806)  | -         | -         | -         | n.m.     |
| Contratos futuros de energia                                          | -         | 13.836   | 13.836    | -         | -         | -         | n.m.     |
| Reversão (provisão) PIS/COFINS depósitos judiciais                    | -         | 464      | 464       | -         | (122)     | (122)     | n.m.     |
| Reversão da diferença de quotas RGR 2018 e 2017                       | -         | -        | -         | -         | 23.152    | 23.152    | n.m.     |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa                         | -         | -        | -         | -         | (364)     | (364)     | n.m.     |
| Outros encargos - ONS / CCEE                                          | -         | -        | -         | -         | (1.784)   | (1.784)   | n.m.     |
| Outras (despesas) ou receitas                                         | (8.405)   | 5.860    | (2.545)   | (7.623)   | (14.878)  | (22.501)  | -89%     |

---

|       |           |        |           |           |           |             |      |
|-------|-----------|--------|-----------|-----------|-----------|-------------|------|
| Total | (820.358) | 43.984 | (776.374) | (819.951) | (194.380) | (1.014.331) | -23% |
|-------|-----------|--------|-----------|-----------|-----------|-------------|------|